

Companhia de Seguros Aliança da Bahia
Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Parecer dos atuários independentes	12
Balancos patrimoniais	16
Demonstrações de resultados	18
Demonstrações dos resultados abrangentes	19
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstração dos fluxos de caixa	21
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	22
Parecer do Conselho Fiscal	89

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

Relatório da Administração

Submetemos as demonstrações financeiras anuais da Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia” ou “ALBA Seguradora”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

No exercício de 2025, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 23.210 mil, representando redução de 27,81% em relação ao resultado reportado no exercício de 2024. O valor patrimonial da ação em 31/12/2025 ficou avaliado em R\$ 29,78 (R\$ 32,79 em 31/12/2024), representando uma redução de 9,16% no período. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido atingiu 9,40% (13,71% em 31/12/2024), enquanto o lucro por ação totalizou R\$ 2,85 (R\$ 4,19 em 31/12/2024).

Com base no lucro líquido do exercício e após ajustes decorrentes da prescrição de dividendos declarados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 199 mil, bem como da realização da reserva de reavaliação no valor de R\$ 906 mil, apurou-se o lucro líquido ajustado de R\$ 23.210 mil, para o qual propomos a seguinte destinação: (i) constituição da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 1.161 mil; (ii) dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 5.689 mil; (iii) dividendo adicional proposto no valor de R\$ 1.811 mil e retenção de lucros no valor de R\$ 15.256 mil.

O montante retido será destinado à Reserva de Margem Operacional e Reforço de Capital, cuja finalidade será (i) reforçar a margem de solvência regulatória e demais requisitos normativos de capital e liquidez, de modo compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia; (ii) suportar despesas operacionais e investimentos da Companhia em atividades relacionadas ao seu objeto social, tais como investimentos em tecnologia, projetos, aquisições e novos negócios; (iii) reforçar o capital de giro da Companhia, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iv) quando condizente com a situação financeira da Companhia, suportar o pagamento de dividendos aos acionistas.

Política de reinvestimento - A Companhia vem reinvestindo parte dos resultados auferidos em investimentos no parque tecnológico, com o lançamento e implantação de novos produtos e a necessidade de atendimento às exigências regulatórias.

Sumário Executivo - Destaques 2025

Reorganização societária - eliminação de participações recíprocas - Em 15 de dezembro de 2025, foi deliberado, por meio de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, o cancelamento de 766.421 (setecentas e sessenta e seis mil, quatrocentas e vinte e uma) ações de emissão da Companhia de Participações Aliança da Bahia, sociedade controladora indireta da ALBA Seguradora, sendo 176.200 (cento e setenta e seis mil e duzentas) ações ordinárias e 590.221 (quinhentas e noventa mil, duzentas e vinte e uma) ações

preferenciais, com a consequente eliminação das participações recíprocas existentes entre as partes. A operação resultou na baixa do investimento no montante de R\$ 41.833 mil, realizada mediante absorção de reservas, sem efeitos no resultado do exercício.

Aumento de capital - Por meio da Portaria SUSEP/CGRAJ nº 2.848, em 19 de novembro de 2025 a SUSEP aprovou o aumento do capital social, no valor de R\$ 15.000 mil, totalmente subscrito e integralizado. Com isto, o capital social passou a totalizar R\$ 158.951 mil, representado por 8.134.297 ações.

Dividendos recebidos - Em 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$ 15.184 mil referente a dividendos antecipados e Juros sobre Capital Próprio (JCP) relativos ao 1º semestre de 2025, em cumprimento à deliberação do Conselho de Administração da Brasilcap de 13/10/2025, sendo R\$ 7.287 mil de dividendos e R\$ 7.897 mil de JCP.

Imóveis destinados a renda - Em janeiro de 2025, a Companhia transferiu para à controladora indireta a propriedade do imóvel destinado à renda, pelo valor contábil de R\$ 10.532 mil. Até a data da transferência, foram investido R\$ 8.961 mil em obras de *retrofit* com vistas à renovação do imóvel para locação a terceiros, contemplando atualização das estruturas prediais, adequação de layouts e modernização dos sistemas de instalações e segurança.

A Companhia aderiu ao programa de incentivo instituído pela Lei nº 9.767/2023, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 38.305/2024, que concede crédito correspondente a 50% do valor investido em *retrofit*, compensável com tributos municipais, mediante validação do órgão competente.

O imóvel obteve *Habite-se*, vistoria do AVCB e regularização fundiária. O pedido de habilitação ao programa foi protocolado na SEFAZ, encontrando-se em análise, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2026.

Conjuntura Econômica do Setor de Seguros

Em 2025, o volume total arrecadado pelo mercado de seguros, contribuições de previdência e faturamento com títulos de capitalização somou 415 bilhões, representando uma redução de 4,8% em relação às receitas obtidas no exercício anterior. Em dezembro de 2025, o volume arrecadado, de R\$ 39 bilhões, foi 4,9% inferior ao mesmo mês do ano anterior (R\$ 41 bilhões).

Fonte: Site SES da SUSEP (Painel de Inteligência do Mercado de Seguros, atualizado em 19 de fevereiro de 2026 e Boletim SUSEP - Dados mensais do setor de seguros, previdência e capitalização, dezembro 2025).

Desempenho operacional

A Companhia que tem 156 anos de existência, reconhecida como uma das seguradoras mais antigas do Brasil e profundo conhecimento da região Nordeste, mantém sua estratégia de expansão operacional. Nesse contexto, iniciou em dezembro de 2025, a comercialização de seguros no segmento de Ingresso Protegido, por meio de integração com plataforma de comercialização de ingressos, ampliando sua atuação no canal digital e diversificando seu portfólio de produtos.

A ALBA Seguradora seleciona as instituições financeiras para a aplicação de seus recursos por meio de assessoria especializada, investindo no mercado brasileiro com uma abordagem prudente no gerenciamento do portfólio de suas aplicações. Seu principal objetivo é assegurar a proteção do capital, garantir uma remuneração adequada, cobrir as provisões técnicas e manter uma margem de solvência.

Os Prêmios emitidos líquidos totalizaram R\$ 49.111 mil, um aumento de 26%, comparado com o mesmo período do exercício anterior. Este resultado reflete, principalmente, a forte expansão das carteiras de Benfeitorias Prod. Agrop, Riscos Diversos e Penhor Rural. Destaca-se também o bom desempenho de Acidentes Pessoais - Individual, impulsionado pela operação “Sorte Dobrada”, desenvolvida em parceria com o varejista Baianão. Esses avanços foram fundamentais para compensar a redução de 49% observada na carteira de garantia estendida.

Os Prêmios ganhos totalizaram R\$ 45.706 mil, crescimento de 66% em relação ao mesmo período de 2024. Esse crescimento decorre, principalmente, dos segmentos de Seguro Benfeitorias Prod. Agrop, Penhor Rural e Riscos Diversos cuja comercialização teve início em setembro de 2024, além do bom desempenho da operação “Sorte Dobrada” na carteira de Acidentes Pessoais - Individual. A carteira de Garantia Estendida também contribuiu para o incremento do resultado, em razão do reconhecimento de prêmios relativos a vendas realizadas em exercícios anteriores, cujas vigências de risco tiveram início em 2025, mesmo diante de menor volume de prêmios emitidos no exercício corrente.

As despesas diretamente relacionadas ao valor do prêmio comercial, correspondem a R\$ 18.433 mil, mas em função da vigência dos respectivos riscos, houve o reconhecimento do diferimento dos custos atrelados aos riscos futuros dos prêmios emitidos, no valor de R\$ 1.387 mil.

Os sinistros ocorridos com os efeitos de resseguro, entre novas estimativas, reavaliações e acordos relacionados aos sinistros judiciais, a Companhia obteve uma receita no valor total de R\$ 860 mil contra uma receita de R\$ 1.639 mil no mesmo período do ano anterior.

Os resseguros sobre os prêmios cedidos, registraram um aumento de 141% em relação ao mesmo período do exercício anterior. No período, a relação entre prêmios cedidos e prêmios ganhos foram de 31% (22%, em 2024).

As despesas administrativas totalizaram R\$ 45.321 mil, um aumento de 17%, comparado com o mesmo período do ano anterior, decorrente, principalmente, do acréscimo nas despesas com depreciações e amortizações relacionadas a contrato de exclusividade com parceiro varejista e direito de uso de software, bem como do reconhecimento e atualização de provisões cíveis vinculadas a demandas judiciais envolvendo contrato de serviços de tecnologia da informação.

Os investimentos em participações societárias atingiram um resultado positivo no valor de R\$ 54.146 mil, crescimento de 22% em comparação ao ano anterior.

Ganho com ativos não correntes, no exercício de 2025 obteve resultados sobre as vendas dos imóveis de R\$ 826 mil (R\$ 11.743 mil, em 2024). Adicionalmente, a Companhia reconheceu crédito de PIS no valor de R\$ 616 mil, conforme encerramento de processo

judicial tributário favorável à Companhia.

As principais informações referentes aos ramos operados pela Companhia, nos exercícios 31 de dezembro de 2025 e de 2024, refletiram-se no resultado conforme demonstrado na nota explicativa nº 31.

Sustentabilidade

Em 2025, a Alba Seguradora (“Companhia”) deu continuidade ao fortalecimento de sua agenda de sustentabilidade, avançando na integração entre estratégia, gestão de riscos, governança corporativa e eficiência operacional. O período foi marcado pela consolidação de processos e pelo aprofundamento das análises relacionadas aos temas ambientais, sociais e climáticos, em alinhamento às exigências regulatórias do setor de seguros.

Ao longo do ano, a Companhia evoluiu na incorporação dos riscos e oportunidades de sustentabilidade aos seus processos decisórios e de gestão. Com o apoio de consultoria externa especializada, foi elaborada a matriz de sustentabilidade com base na dupla materialidade, ampliando a compreensão dos impactos relevantes da operação e fortalecendo a conexão entre sustentabilidade, gestão de riscos e planejamento estratégico.

No eixo ambiental, a Alba manteve seu compromisso com a mitigação dos impactos de suas atividades. Em 2025, foram compensadas 28,556 toneladas de CO₂ equivalente, por meio da aposentadoria de 29 créditos de carbono, reafirmando a responsabilidade da Companhia em relação às mudanças climáticas e sua atuação alinhada a práticas reconhecidas internacionalmente.

O compromisso institucional da Companhia com a responsabilidade corporativa também foi mantido por meio de sua participação contínua no Pacto Global da ONU, reforçando o alinhamento aos princípios relacionados a direitos humanos, meio ambiente, práticas trabalhistas, governança e combate à corrupção.

Paralelamente, a Alba Seguradora manteve investimentos contínuos em inovação e tecnologia, reconhecendo esses vetores como fundamentais para a sustentabilidade do negócio e para a eficiência de seus processos. Ao longo de 2025, a Companhia avançou na modernização de sistemas, na digitalização de fluxos operacionais e no aprimoramento de ferramentas de gestão e controle, contribuindo para maior eficiência operacional, mitigação de riscos e melhoria da experiência do cliente.

A sustentabilidade da Alba se reflete, ainda, na forma como a Companhia se relaciona com seus clientes, parceiros e demais públicos de interesse. A experiência do cliente segue como um pilar estratégico, sustentada pela oferta de soluções adequadas a diferentes perfis, atendimento próximo e construção de relações de longo prazo, sempre orientadas pelos valores de solidez, transparência e inovação.

Reforçando seu compromisso com a transparência e a prestação de contas, a Companhia divulgou, em junho de 2025, seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, elaborado em observância à Circular SUSEP nº 666/2022. O documento consolida as principais iniciativas, avanços e desafios da Companhia, refletindo a evolução de sua agenda de sustentabilidade

e seu compromisso com a melhoria contínua.

Com uma atuação cada vez mais integrada à estratégia do negócio, a Alba Seguradora segue fortalecendo sua jornada em sustentabilidade, orientada pela gestão responsável de riscos, pela inovação, pela criação de valor no longo prazo e pela construção de relações de confiança com seus públicos de interesse.

AUDITORIA - Durante o exercício de 2025 a Companhia de Seguros Aliança da Bahia efetuou pagamentos à KPMG Auditores Independentes por serviços exclusivamente de auditoria.

DECLARAÇÃO DE DIRETORIA - A Diretoria declara que reviu, discutiu e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

AGRADECIMENTOS - Registramos nosso agradecimento às autoridades do setor pela colaboração e pelo diálogo institucional mantido ao longo do período. Reiteramos, igualmente, nossa gratidão aos segurados, corretores e demais parceiros pela confiança depositada em nossa atuação, bem como aos nossos colaboradores, cujo comprometimento, apoio e dedicação contínuos foram fundamentais para os resultados alcançados.

Salvador, 27 de fevereiro de 2026.

A ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

José Renato de Almeida Gonçalves Tourinho
Presidente

Rodrigo Accioly
Vice-Presidente

Albérico Machado Mascarenhas
Conselheiro

Diretoria

Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho
Diretor Presidente

Augusto Cesar Carvalho Kruschewsky
Diretor Financeiro

Atuário

Eliudieser Rodrigues de Oliveira Junior - MIBA nº 3221

Contadora

Ana Emília da Silva Pires Barreto - CRC-BA 030482/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping - Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Seguros Aliança da Bahia
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Seguros Aliança da Bahia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 27 de fevereiro de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Seguros Aliança da Bahia
Salvador – BA

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia de Seguros Aliança da Bahia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia de Seguros Aliança da Bahia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança da Bahia em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.



Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Salvador, 27 de fevereiro de 2026.

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400
CEP: 04719-002
São Paulo – SP – Brasil



Anexo I

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores

31/12/2025

Total de provisões técnicas auditadas	105.704
Total de ativos de resseguro	60.290
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	4.047

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas

31/12/2025

Provisões Técnicas auditadas (a)	105.704
Valores redutores auditados (b)	72.552
Total a ser coberto (a-b)	33.152

3. Demonstrativo do Capital Mínimo

31/12/2025

Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	9.374
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	9.374

4. Demonstrativo da Solvência

31/12/2025

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	37.062
Ajustes Econômicos do PLA	0
Exigência de Capital (CMR) (b)	9.374
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	27.688
Ativos Garantidores (d)	63.987
Total a ser Coberto (e)	33.152
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	30.835

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)

31/12/2025

0167; 0173; 0196; 0378; 0520; 0531; 0553; 0621; 0622; 0623; 0628; 0632; 0638; 0652; 0654; 0655; 0656; 0746; 0775; 0776; 1066; 1101; 1102; 1107; 1108; 1164; 1433; 1457; 1535	5
0987;1387	15
0929;1329	20
0116; 0141; 0524; 0969; 1065; 1377; 1390	36
0195; 0351; 0984; 0990; 1384	50
0114; 0977; 0982; 1381	300
0993;1391	350
0171; 1130; 1162	600
0118	1000

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Disponível			
Caixa e bancos		716	622
Aplicações	8	63.987	62.612
Créditos das operações com seguros e resseguros		15.612	15.388
Prêmios a receber	9	11.559	13.342
Operações com seguradoras		6	1
Operações com resseguradoras	6k	4.047	2.045
Outros créditos operacionais	10	2.531	854
Ativos de resseguros - provisões técnicas	6k, 13 e 24	24.023	14.230
Títulos e créditos a receber		2.381	3.931
Títulos e créditos a receber	11	857	645
Créditos tributários e previdenciários	12	1.306	3.150
Outros créditos		218	136
Outros valores e bens		2	60
Bens a Venda	6g e 14	2	60
Despesas antecipadas		69	186
Custo de aquisição diferidos - seguros	6f, 15	5.598	5.919
Total do Ativo Circulante		114.919	103.802
Créditos das operações com resseguros	6k	175	179
Outros créditos operacionais	10	4.654	4.171
Ativos de resseguros - provisões técnicas	6k, 13 e 24	36.267	47.468
Títulos e créditos a receber		112.803	106.559
Títulos e créditos a receber	11	6.482	7.407
Créditos tributários e previdenciários	12	116	107
Depósitos judiciais e fiscais	16	106.205	99.045
Depósitos compulsórios		2.751	3.096
Custo de aquisição diferidos - seguros	6f, 15	998	2.063
Total do Realizável a Longo Prazo		157.648	163.536
Investimentos		172.926	186.539
Participações societárias	6c e 17	166.807	169.661
Imóveis destinados a renda	6d e 18	6.037	16.796
Outros investimentos	6c e 17	82	82
Imobilizado	6h e 19	2.352	2.412
Imóveis de uso próprio		802	818
Bens móveis		1.220	1.083
Outras imobilizações		330	511
Intangível	6i e 20	32.624	17.670
Total do Ativo Não Circulante		365.550	370.157
Total do Ativo		480.469	473.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar		10.502	4.324
Obrigações a pagar	21	8.028	2.084
Impostos e encargos sociais a recolher		1.345	1.370
Encargos trabalhistas		1.057	829
Impostos e contribuições		72	41
Débitos de operações com seguros e resseguros		15.054	11.748
Prêmios a restituir (*)		-	229
Operações com resseguradoras	6k	11.420	7.584
Corretores de seguros		3.634	3.935
Depósitos de terceiros		897	1.799
Provisões técnicas - seguros	6l, 24 e 27	39.732	30.073
Danos		35.243	26.336
Pessoas		4.482	3.726
Individual		7	11
Total do Passivo Circulante		66.185	47.944
Obrigações a pagar	21	1.280	862
Tributos diferidos	6n e 22	1.089	1.441
Débitos de operações com resseguros		4.478	3.337
Provisões técnicas - seguros	6l, 24 e 27	65.972	77.849
Danos		56.061	70.460
Pessoas		9.911	7.389
Outros débitos		99.210	90.778
Provisões judiciais	6o e 23	99.210	90.778
Total do Passivo Não Circulante		172.029	174.267
Patrimônio Líquido	25	242.255	251.748
Capital social		158.951	143.951
Reservas de reavaliação		2.799	4.898
Reservas de lucros		80.505	102.916
Ajustes de avaliação patrimonial		-	(17)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		480.469	473.959

(*) De acordo com a determinação da SUSEP, em abril de 2025 a Companhia transferiu os saldos da rubrica de “Prêmios a restituir” para Provisão de Valores a Regularizar (PVR) na rubrica de Provisões Técnicas - Seguros”.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos líquidos		49.111	39.093
Varição das provisões técnicas de prêmios		(3.405)	(11.513)
Prêmios ganhos	31 e 32(i)	45.706	27.580
Sinistros ocorridos	32(i)	(9.300)	15.462
Custos de aquisição	32(i)	(19.820)	(12.667)
Outras receitas e despesas operacionais	32(i)	(1.277)	(833)
Resultado com resseguro	32(i)	(4.693)	(19.982)
Receitas com resseguro		10.160	(13.823)
Despesas com resseguro		(14.853)	(6.159)
Despesas administrativas	32(ii)	(45.321)	(38.661)
Despesas com tributos	32(iii)	(3.031)	(1.765)
Resultado financeiro	32(iv)	7.610	5.642
Resultado patrimonial	32(v)	51.875	41.765
Resultado Operacional		21.749	16.541
Ganhos com ativos não correntes	32(vi)	1.109	15.152
Resultado Antes dos Impostos		22.858	31.693
Imposto de renda	29	220	286
Contribuição social	29	132	172
Lucro Líquido do Exercício		23.210	32.151
Quantidade de ações		8.134.297	7.678.632
Lucro líquido por ação - em R\$		2,85	4,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício	23.210	32.151
Outros resultados abrangentes	906	4.069
Itens que não serão reclassificados para o resultado	906	1.136
Realização da reserva de reavaliação	1.258	1.634
Efeito tributário sobre realização da reserva de reavaliação	(352)	(457)
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	(56)
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado	-	281
Ajuste de conversão de investimento societário no exterior	-	(370)
Efeitos tributários do ajuste de conversão	-	104
Itens que podem ser reclassificados subsequentemente para o resultado	-	2.933
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes - investidas	-	4.888
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado	-	(1.955)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	24.116	36.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Aumento de Capital em Aprovação	Reserva de Reavaliação		Reserva de Lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
			Ativos próprios	Ativos de investida	Legal	Retenção de lucros	Lucros a realizar			
Saldo em 01 de janeiro de 2024	100.000	-	4.882	1.193	20.000	77.703	15.294	(1.824)	-	217.248
Dividendos deliberados pela AGO de 28 de março de 2024	-	-	-	-	-	(1.000)	-	-	-	(1.000)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	491	491
Aumento de capital em Aprovação conforme AGO/AGE de 28 de março de 2024	-	43.951	-	-	-	(43.951)	-	-	-	-
Aprovação do Aumento de Capital SUSEP/CGRAJ nº 2.182 de 02 de setembro de 2024	43.951	(43.951)	-	-	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(34)	-	-	-	(34)
Realização da reserva de reavaliação (líquida de tributos)	-	-	(1.177)	-	-	-	-	-	1.177	-
Ativos Financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(1.194)	1.138	(56)
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	-	-	334	(53)	281
Ativos Financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes - investida	-	-	-	-	-	-	-	4.888	-	4.888
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado - investida	-	-	-	-	-	-	-	(1.955)	-	(1.955)
Ajuste de conversão de investimento societário no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(370)	-	(370)
Efeitos tributários do ajuste de conversão	-	-	-	-	-	-	-	104	-	104
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	32.151	32.151
Proposta da Destinação do Resultado:										
Constituição de reservas	-	-	-	-	1.608	24.972	8.324	-	(34.904)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	143.951	-	3.705	1.193	21.608	57.690	23.618	(17)	-	251.748
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	(199)	(199)
Aumento de capital em Aprovação conforme AGO/AGE de 21 de março de 2025	25a	15.000	-	-	-	-	-	-	-	15.000
Aprovação do Aumento de Capital SUSEP/CGRAJ nº 2.848 de 19 de novembro de 2025	25a	(15.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa do investimento - Cancelamento de ações em tesouraria	1, 25e	-	-	(1.193)	-	(35.993)	(4.646)	-	-	(41.832)
Realização da reserva de reavaliação (líquida de tributos)	-	-	(906)	-	-	-	-	-	906	-
Ativos Financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes - investida	-	-	-	-	-	-	-	17	-	17
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	23.210	23.210
Proposta da Destinação do Resultado:										
Constituição de reservas	25c	-	-	-	1.161	15.256	-	-	(16.417)	-
Dividendo mínimo	25g	-	-	-	-	-	-	-	(5.689)	(5.689)
Dividendo adicional proposto	25g	-	-	-	-	1.811	-	-	(1.811)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	158.951	-	2.799	-	22.769	38.764	18.972	-	-	242.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	23.210	32.151
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	5.156	3.112
Ganho/(Perda) por redução ao valor recuperável dos ativos	485	133
Ganho na alienação de investimento e imobilizado	(826)	(11.823)
Resultado de equivalência patrimonial	(54.146)	(44.308)
Variação das provisões técnicas de prêmios não ganhos	3.405	11.513
Variação dos custos de aquisição diferidos	1.387	(4.058)
Rendimento com aplicações financeiras	(9.229)	(7.092)
Despesas com atualização e juros de provisões técnicas (liquidas)	1.731	1.943
Despesas com atualização monetária de provisões judiciais e outros	5.378	5.080
Receita com atualização monetária de depósitos judiciais e outros	(5.590)	(4.864)
Provisões trabalhistas e cíveis	2.869	81
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(352)	(458)
Outras movimentações	5	-
Variação das contas patrimoniais		
Ativos financeiros	7.853	(119)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(597)	(12.172)
Outros créditos operacionais	(2.160)	3.340
Ativos de resseguros	4.590	14.737
Créditos fiscais e previdenciários	3.018	(3.247)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.724)	(2.712)
Despesas antecipadas	117	(114)
Títulos e créditos a receber	250	(457)
Outros ativos	(84)	(43)
Impostos e contribuições	6	2.362
Outras contas a pagar	1.282	(486)
Débitos de operações com seguros e resseguros	4.383	10.510
Depósitos de terceiros	(902)	1.767
Provisões técnicas - seguros	(10.398)	(23.261)
Provisões judiciais	749	978
Caixa consumido pelas atividades operações	(20.134)	(27.507)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(261)	(1.479)
Benfeitorias em imóveis destinados a renda	(48)	(8.833)
Aquisição de intangível	(19.653)	(9.915)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	14.000	41.609
Alienação de imobilizado	-	80
Alienação de investimentos	11.771	12.944
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	5.809	34.406
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(581)	(7.411)
Aumento de capital	15.000	-
Recompra de ações tesouraria	-	(33)
Caixa líquido gerado/ (consumido) pelas atividades de financiamento	14.419	(7.444)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	94	(545)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	622	1.167
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	716	622
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	94	(545)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia” ou “ALBA Seguradora”), constituída em 1870, tem por objetivo social operações nos segmentos de seguros de vida, de danos e pessoas. Atualmente a Companhia opera com os ramos de acidentes pessoais coletivo, vida em grupo, vida individual, acidentes pessoais individual, residencial, compreensivo empresarial, riscos diversos e garantia estendida.

Em atendimento à resolução CNSP nº 388, de 08 de setembro de 2020, e alterações posteriores, a Companhia está enquadrada no segmento 3 (“S3”), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

A Companhia, além da matriz em Salvador, opera com a sucursal em São Paulo.

Dentre as atividades realizadas pela Companhia, figuram a participação na Brasilcap Capitalização S.A. (“Brasilcap”) referência no mercado de capitalização e outras participações conforme nota explicativa nº 17, bem como investimentos em operações imobiliárias conforme nota explicativa nº 18.

▪ Reorganização Societária

Em 15 de dezembro de 2025, foi deliberado, por meio de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, o cancelamento de 766.421 (setecentas e sessenta e seis mil, quatrocentas e vinte e uma) ações de emissão da Companhia de Participações Aliança da Bahia, sociedade controladora indireta da ALBA Seguradora, sendo 176.200 (cento e setenta e seis mil e duzentas) ações ordinárias e 590.221 (quinhentas e noventa mil, duzentas e vinte e uma) ações preferenciais, com a consequente eliminação das participações recíprocas existentes entre as partes. A operação resultou na baixa do investimento no montante de R\$ 41.833, realizada mediante absorção de reservas, sem efeitos no resultado do exercício.

▪ Desenvolvimento das Operações

Em 2025, a Companhia deu continuidade às suas operações por meio da celebração de novos contratos e da manutenção de parcerias comerciais. No período, foram estabelecidas parcerias de afinidades relacionadas ao seguro de Acidentes Pessoais Individual, contemplando a inclusão de assistências voltadas a públicos específicos.

No canal digital, foi implementado o produto Seguro Ingresso Protegido, com início das vendas em dezembro de 2025, por meio de integração com plataforma de comercialização de ingressos. No mesmo segmento, foi celebrado contrato para o desenvolvimento de outra operação de porte relevante.

Essas iniciativas integram a estratégia operacional da Companhia e visam à diversificação de produtos e canais de distribuição.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

As divulgações estão de acordo com modelos de publicação estabelecidos pela Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores. A partir de 3 de janeiro de 2022, entrou em vigor a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP Nº 432, atualizada pela Resolução - CNSP 448 de 10 de outubro de 2022 e pelo CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foi concedida pela Diretoria da Companhia em 27 de fevereiro de 2026.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram analisadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2026.

Detalhes sobre as práticas contábeis, estão apresentadas nas notas explicativas nº 4 e 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utiliza julgamentos e estimativas que afetam os saldos dos ativos e passivos relevantes, com riscos significativos. Essas estimativas e premissas são analisadas continuamente, no mínimo anualmente, e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As revisões realizadas são reconhecidas no exercício em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos, tais como:

- Nota explicativa nº 9 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais;
- Nota explicativa nº 23 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
- Nota explicativa nº 24 - reconhecimento e mensuração de provisões técnicas de seguros.

(ii) Mensuração ao valor justo

A Companhia revisa regularmente os dados não observáveis significativos e os ajustes de avaliação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, utiliza dados observáveis de mercado sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia, com base nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação, conforme descrito a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2: Inputs que não incluem os preços cotados do Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente (derivados de preços);
Nível 3: Inputs que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A ALBA Seguradora reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do valor justo quando as mudanças ocorrem, com base na data de cada período das demonstrações financeiras.

Caso os dados utilizados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo pertençam a diferentes níveis da hierarquia, a mensuração será classificada no nível mais baixo que seja significativo para toda a medição.

São registradas a valor justo:

- Nota explicativa nº 8 - Aplicações financeiras.

5. Novas normas e interpretações

(i) Ainda não adotadas e/ou ainda não aplicáveis

Novas normas e pronunciamento que ainda não estão em vigor

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras** - Esta norma o substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e oferecerá aos investidores informações mais transparentes e comparáveis sobre o desempenho financeiro das empresas. Estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. Em 10 de outubro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 51 - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis, que corresponde ao IFRS 18 no ambiente brasileiro. Nesta mesma data, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28, promovendo alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico nº 51 (IFRS 18), contudo a regulamentação da norma não foi referendada pela SUSEP.
- **NBC TDS01 e NBC TDS02 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima** - As normas exigem a divulgação de informações sobre os riscos e oportunidades relacionadas à sustentabilidade e

mudanças climáticas. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) dispõe que a norma se aplica em, ou após, 1º de janeiro de 2026, contudo ainda não foram referendadas pela SUSEP.

- **Reforma Tributária** - Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que dispõe sobre as bases da Reforma Tributária. O principal efeito dessa mudança é a criação do chamado IVA dual, composto por dois novos tributos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência exclusiva da União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cuja competência será compartilhada entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, além do Imposto Seletivo (IS). O IBS substituirá os atuais ICMS e ISS; a CBS substituirá as contribuições ao PIS e à COFINS; e o IS substituirá o IPI.

Atualmente, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi convertido na Lei Complementar nº 214/2025, que instituiu a CBS e o IBS, além da Lei Complementar nº 224/2025, que dispõe sobre incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos exclusivamente no âmbito da União.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), além de criar o Comitê Gestor do IBS e estabelecer as diretrizes gerais para a regulamentação desses tributos.

Em 8 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 225/2026, que institui o Código de Defesa do Contribuinte, estabelecendo normas gerais relativas aos direitos, garantias, deveres e procedimentos aplicáveis à relação jurídica entre o sujeito passivo – contribuinte ou responsável – e a administração tributária. Posteriormente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário do IBS e sobre a distribuição de sua arrecadação entre os entes federativos, entre outros aspectos relevantes.

Em continuidade à implementação da Reforma Tributária, a Receita Federal do Brasil vem editando normas infralegais relativas à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com o objetivo de operacionalizar e detalhar a nova sistemática tributária.

A Administração vem acompanhando o tema da Reforma Tributária, inclusive os atos normativos complementares emitidos pela Receita Federal do Brasil e demais entes competentes, e está avaliando os potenciais impactos decorrentes da nova sistemática tributária. Até a presente data, não é possível estimar de maneira confiável os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamentos emitidos não referendados pela SUSEP

- ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro - Entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.
- CPC 50 - Contratos de Seguros - Esta norma estabelece os princípios para reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros, vigorando a partir de 1º de janeiro de 2023.

Efeito da Lei nº 14.905

A Lei nº 14.905, promulgada em setembro de 2024, promove alterações no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), ao revisar os critérios aplicáveis à atualização monetária e aos juros de mora, por meio da instituição da denominada “taxa legal”. As alterações têm por objetivo atualizar as normas relativas à correção de valores aplicáveis a contratos e obrigações, podendo impactar negociações de dívidas e relações jurídicas nos âmbitos civil, comercial e tributário.

Até a presente data, a Administração avalia que não há impactos relevantes decorrentes da referida Lei sobre o provisionamento e as contingências da Companhia, uma vez que os processos judiciais em curso se encontram, em sua maioria, sujeitos a índices e critérios específicos definidos contratualmente ou estabelecidos por decisão judicial. A “taxa legal” prevista na Lei nº 14.905/2024 será aplicável, em regra, apenas na ausência de índice de atualização monetária e juros expressamente definido em contrato ou decisão judicial.

6. Práticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais” em vez de “significativas”. Esta alteração não teve impacto no resultado da Companhia, mas afetou as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera os seguintes principais aspectos:

Prêmios de Seguros com emissão de apólice e Comissões - Os prêmios e comissões são apropriados ao resultado pela emissão das respectivas apólices. São deduzidos os cancelamentos e restituições, e diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices, quando aplicável.

Os juros cobrados do segurado, em caso de prêmios pagos a prazo são denominados como adicional de fracionamento e são apropriados ao resultado financeiro ao longo do prazo de parcelamento acordado, quando aplicável.

Prêmios de Seguros com Riscos Vigentes sem emissão de apólice e Comissões - São reconhecidos com base em estimativas atuariais que consideram o comportamento histórico das emissões em atraso.

Despesas de resseguro cedido - São reconhecidas de acordo com o respectivo prêmio de seguro, sendo eles: (i) proporcional: as despesas são reconhecidas simultaneamente o prêmio de seguro; e (ii) não proporcional: as despesas são reconhecidas de acordo com as condições estabelecidas no contrato de resseguro.

Operações de cosseguros aceitos - As operações de cosseguros aceitos são movimentadas com base nas informações recebidas das companhias seguradoras parceiras (congêneres), que fornecem dados precisos e atualizados sobre as apólices e sinistros. Essas movimentações são essenciais para o gerenciamento eficaz dos riscos e a prestação de serviços de seguros de alta qualidade. A Companhia não possui novas operações nesse segmento, mantendo apenas movimentações de sinistros da carteira em *run-off*.

Retrocessões - O resultado de retrocessões, decorrente de indenizações e provisões técnicas, é apropriado trimestralmente, com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A., atualizados monetariamente, quando aplicável. Os valores de retrocessões correspondem às transações residuais de participação obrigatória, não estando a Companhia operando pelas condições facultativas.

b) Classificação dos Ativos e Passivos

A Companhia classifica no circulante, seus ativos e passivos na expectativa que sejam realizados em até 12 meses após a data do balanço ou se forem mantidos para negociação.

Os ativos financeiros atrelados a títulos de renda fixa são mensurados a valor justo por meio do resultado e estão classificados no ativo circulante.

Os impostos diferidos ativos (passivos) são classificados como ativos não circulantes (passivos não circulantes).

As provisões técnicas e respectiva parte do ressegurador são classificadas conforme seu perfil de liquidação. Se judicial, pela incerteza do prazo de realização, estão classificados como não circulante.

c) Investimentos em participações societárias

As participações societárias em controlada, coligada e investida sob controle comum são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, para fins das demonstrações financeiras. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido das investidas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os

demais investimentos, representados por outras participações societárias, são contabilizados pelo custo de aquisição, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

d) Imóveis destinados a renda

Neste grupo estão classificados os imóveis urbanos não destinados ao uso próprio, demonstrados ao custo de aquisição deduzidos de depreciações e perdas considerando a última reavaliação, em 2006.

As propriedades para investimentos que forem arrendadas obedecerão às regras do CPC 06 (R2), já em vigor.

Um item do grupo de investimentos é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimentos (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

A composição detalhada do grupo de investimentos consta da nota explicativa nº 18.

e) Redução ao valor recuperável (RVR)

A Companhia reconhece provisões para perdas de crédito esperadas quando há risco associado aos seus instrumentos financeiros, conforme o CPC 48 - 'Instrumentos Financeiros'. A provisão é ajustada com base nas características de cada negócio e nas expectativas de perda.

A análise da inadimplência dos clientes é fundamental para estimar possíveis perdas, sendo conduzida de forma equilibrada, sem esforços excessivos para identificar todas as perdas potenciais. Revisões periódicas são realizadas para monitorar o risco de crédito e, caso necessário, a base de cálculo é atualizada. O reconhecimento segue os princípios do CPC 48, considerando histórico de inadimplência, condições econômicas e a situação financeira dos clientes.

▪ **Ativos Financeiros**

Mensuração da Provisão para Perda: A provisão para perdas é mensurada com base na perda de crédito esperada, considerando dois prazos: a vida inteira do instrumento (para a maioria dos casos) e 12 meses para títulos de dívida com baixo risco de crédito ou outros títulos de dívida.

Critérios para Avaliação do Risco de Crédito: O risco de crédito é considerado aumentado se o ativo estiver com mais de 30 dias de atraso. Um ativo é considerado inadimplente se estiver vencido há mais de 90 dias ou se for considerado improvável que o devedor pague integralmente suas obrigações.

Estimativa de Perdas de Crédito Esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas, mensuradas a valor presente com base nas insuficiências de caixa e descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

▪ **Ativos não financeiros**

A Companhia realiza uma avaliação periódica para identificar sinais de perda no valor recuperável (desvalorização), conforme estabelecido pelo CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". Caso existam indicações de que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) exceda seu valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável com base no maior valor entre o valor justo líquido de custos de venda e o valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado, quando aplicável, e a revisão dos ativos é realizada com base em fatores como mudanças nas condições de mercado e desempenho financeiro dos ativos.

▪ **Redução ao valor recuperável de prêmios a receber**

Em conformidade com a Circular SUSEP nº 678/2021, a ALBA Seguradora adota a metodologia de redução ao valor recuperável para os prêmios a receber, conforme as diretrizes contábeis estabelecidas pela SUSEP. A RVR é calculada tanto para os ativos quanto para os passivos relacionados aos prêmios emitidos, com o ajuste no valor de realização dos prêmios brutos das cessões de resseguro/cosseguo.

A ALBA Seguradora possui uma carteira de clientes vinculada a contratos com parceiros que não apresentam evidências de inadimplência. As distorções observadas nos prêmios a receber estão relacionadas ao fluxo de baixa financeira das parcelas, e não a índices de inadimplência.

A avaliação da RVR dos prêmios a receber é realizada por meio da análise do risco de inadimplência, com base na atualização periódica dos dados e considerando as características do negócio e dos recebimentos. A Companhia segregou as parcelas vencidas e a vencer, mantendo a base de dados atualizada com informações dos últimos 12 meses, o que permite uma análise contínua da carteira de prêmios. Para estimar a probabilidade de perda, a Companhia utiliza a média dos últimos 12 meses por faixa de *aging*, ponderando o fator de perda e aplicando os percentuais calculados sobre os prêmios pendentes de recebimento.

Aging	Danos	Pessoas	Individual
Parcelas a vencer	2,37%	19,17%	3,61%
Parcelas vencidas			
0 a 30 dias	6,33%	1,91%	4,39%
31 a 60 dias	1,00%	0,06%	0,14%
61 a 90 dias	0,01%	0,01%	0,01%
91 a 120 dias	0,00%	0,44%	0,52%
121 a 150 dias	0,48%	26,77%	37,35%
151 a 365 dias	45,51%	90,43%	98,20%
Acima de 366 dias	100,00%	100,00%	100,00%

▪ **Redução ao valor recuperável de contas de ativo de resseguro**

A ALBA Seguradora aplica a redução ao valor recuperável sobre os créditos com o ressegurador relacionados a sinistros e despesas liquidadas, com o objetivo de refletir a possibilidade de não recebimento dos valores esperados da contraparte. A constituição da RVR também considera as estimativas de liquidação dos sinistros avisados e despesas relacionadas, administrativos e judiciais, em conformidade com as diretrizes contábeis e regulatórias estabelecidas pela SUSEP.

A Companhia avalia o risco de crédito com base em diversos fatores, como a situação financeira do ressegurador, seu histórico de cumprimento das obrigações e as condições econômicas gerais. A avaliação é fundamentada no histórico de perdas de recuperação e, quando evidências de perdas são identificadas, a RVR é reconhecida imediatamente no resultado.

A metodologia utilizada para a constituição da RVR é revisada periodicamente, ou sempre que houver necessidade, de acordo com a data de reporte. Para calcular a base dos ativos de resseguro, a Companhia considera todos os sinistros avisados, incluindo as despesas relacionadas e respectivas provisões atuariais, deduzindo os valores recebidos do ressegurador referente aos depósitos dos sinistros judiciais e o valor total da provisão de prêmios não ganhos que não foram recebidos.

A Companhia aplica percentuais de perdas esperadas, levando em conta a probabilidade de inadimplência, um fluxo de caixa descontado, o histórico de inadimplência e as condições do mercado de resseguros. Além disso, são observados os critérios de *rating* exigidos para a seleção dos resseguradores, conforme as exigências regulatórias.

Quando necessário, a RVR é registrada em uma conta retificadora, ajustando o valor dos créditos a receber do ressegurador. Esse ajuste é refletido no ativo da Companhia, com contrapartida em Outras Despesas Operacionais, conforme as exigências contábeis da SUSEP.

f) Custos de aquisição diferidos (CAD)

Referem-se as despesas diretamente relacionadas ao valor do prêmio comercial e são diferidas individualmente de acordo com a vigência do respectivo risco, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

g) Bens a Venda - Ativo Não Circulante Mantido para Venda

Os imóveis urbanos não destinados ao uso próprio, são classificados mantidos para venda quando são colocados efetivamente para venda imediata em suas condições atuais, que se encontram sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros e que seja altamente provável durante 12 meses para sua realização. São mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor justo subtraído das despesas de venda.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição e são demonstrados líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se aplicável. Os imóveis (terrenos e edificações) foram reavaliados a preços de mercado em dezembro de 2006.

A depreciação é calculada para os itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, pelo método linear, baseado na vida útil estimada dos itens.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A Companhia realiza uma análise periódica para identificar a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos itens do ativo imobilizado. Além disso, a Companhia reavalia as taxas de depreciação.

Neste grupo será lançado qualquer operação de arrendamento classificado como Bens de Direito de Uso que estiver enquadrado nas regras do CPC 06 (R2), já em vigor.

A composição detalhada do imobilizado consta da nota explicativa nº 19.

i) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou desenvolvimento, incluindo softwares próprios ou de terceiros e direitos de exclusividade dos canais de venda de seguro garantia e de vida. São deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Os gastos com à aquisição de licenças de uso de softwares de terceiros e gastos com desenvolvimento e os valores despendidos com customizações e parametrizações são capitalizados somente quando atendidos os critérios previstos no CPC 04 (R1), que puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou projeto for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

As amortizações são calculadas pelo método linear à taxa de 20% ao ano. Para os gastos atrelados aos direitos de exclusividade, a amortização segue a vigência prevista nos contratos, que são de 10 anos.

Os demais custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa no resultado, conforme incorridos.

A Companhia mantém registrados os gastos na implementação de novos softwares que estão em andamento, sem amortização.

A composição detalhada do intangível consta da nota explicativa nº 20.

j) Instrumentos Financeiros

A Companhia categoriza seus ativos financeiros com base nas diretrizes da IFRS 9/CPC 48, que estabelecem critérios para classificação com base no modelo de negócios da empresa.

(i) Ativos financeiros - Classificação e Mensuração

A Companhia utiliza o Teste SPPI (*Solely payments of principal and interest*) para classificar os ativos financeiros. Esse teste avalia se o retorno sobre o investimento está relacionado ao valor principal mais os juros, considerando o valor do dinheiro ao longo do tempo.

Os ativos que não atendem aos critérios do Teste SPPI são classificados como valor justo por meio do resultado. Já os ativos que atendem aos critérios são mensurados pelo custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, dependendo da estratégia de gestão da empresa.

Os ativos financeiros são classificados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR).

▪ **Mensurados pelo custo amortizado:** Ativos gerenciados com objetivo de recebimento de fluxos de caixa contratuais, constituído apenas por principal e juros, e, quando aplicável, são reduzidos por perdas ao valor recuperável. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, efetuando-se a atualização monetária, quando aplicável, menos perda por redução ao valor recuperável.

Nesta categoria se encontram os créditos com operações com a Caixa Econômica Federal (CEF)/Sistema Financeiro Habitacional (SFH), aluguéis a receber, direitos resultantes da venda de imóveis, créditos a receber das investidas e outros créditos operacionais.

▪ **Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** Ativos gerenciados com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais, constituídos por principal e juros, por meio da manutenção do ativo e vendas, e, quando aplicável, são reduzidos por perdas ao valor recuperável e reconhecidas no resultado. Outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

▪ **Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado:** Ativos que não atendem ao teste SPPI e não são mantidos para coletar fluxos de caixas contratuais são classificados como valor justo por meio do resultado. Representam títulos e valores mobiliários não derivativos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são reconhecidos ao valor justo, mensalmente, na demonstração do resultado.

A carteira de investimento da Companhia é constituída de cotas de fundo de investimentos mensurados a valor justo por meio do resultado.

(ii) Passivos financeiros - Classificação e Mensuração

Os passivos financeiros foram mensurados pelo custo amortizado ou pelo Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

- **Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado:** Os passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação, seja por serem derivativos ou por definição no reconhecimento inicial. Nesse caso, são avaliados ao valor justo, com o resultado líquido, incluindo os juros, sendo reconhecido no resultado.
- **Mensurados pelo custo amortizado:** Os demais passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, assim como os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estes itens por não serem aplicáveis.

k) Resseguros

A parcela dos resseguradores é apresentada nos ativos circulante e não circulante, na rubrica “ativos de resseguros - provisões técnicas” sobre:

- (i) as provisões de sinistros a liquidar e despesas relacionadas, dos avisos ocorridos e não pagos pela Seguradora; e
- (ii) as provisões de prêmios não ganhos, da parcela de prêmios de resseguros correspondente ao risco a decorrer na data-base de cálculo.

As participações do ressegurador nas demais provisões técnicas estão consideradas na mesma rubrica do ativo circulante.

Na rubrica de “Operações com resseguradoras”, no passivo circulante, correspondem a valores a pagar sobre prêmios em contratos de cessão de resseguro e no passivo não circulante, referem-se a valores recebidos do ressegurador sobre a sua participação em depósitos judiciais.

l) Provisões técnicas - seguros

Com referência às provisões técnicas, a Companhia aplicou as normas previstas na Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 e na circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores.

- **Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)**

Calculada *pro-rata die* com base nos prêmios emitidos e prêmios de resseguro e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período a decorrer na data-base de cálculo. Quando aplicável, é constituída, também, para riscos vigentes e não emitidos. Em 31 de dezembro de 2025, o montante desta provisão está constituído pelo valor de R\$ 17.171 (R\$ 18.585, em 31/12/2024), classificado no passivo circulante e não circulante com base no período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo, conforme consta na nota explicativa nº 24.

- **Provisão Complementar de Cobertura**

Esta provisão deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado semestralmente no Teste de Adequação de Passivos (TAP), a qual não é cumulativa. Em 31 de dezembro de 2025, o montante desta provisão está constituído pelo valor de R\$ 6.166 (R\$ 1.527, em 31/12/2024), classificado no passivo não circulante correspondente a prêmios futuros conforme consta na nota explicativa nº 24.

- **Provisão de sinistros a liquidar (PSL)**

Provisão constituída mensalmente com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, incluindo as operações de cosseguros aceitos, acrescida de encargos financeiros, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros. A parcela referente às operações de retrocessões toma como base as informações recebidas do IRB-Brasil Resseguros S.A.

Para os sinistros em litígio, a Companhia classifica as provisões no passivo circulante e não circulante em função do tempo de expectativa de liquidação da obrigação.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER)**

Trata-se de uma parcela específica da provisão de sinistros a liquidar (PSL) com o objetivo de ajustar, os valores de sinistros avisados e não pagos, nas esferas administrativas e judiciais. Esta provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, descritas em nota técnica atuarial, e com base no desenvolvimento histórico dos sinistros, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros. Em 31 de dezembro de 2025, esta provisão apresenta o saldo de R\$ 976 (R\$ 844, em 31/12/2024), conforme metodologia aplicada pela Companhia.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)**

Constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros ocorridos e não avisados, nas esferas administrativas e judiciais, incluindo as parcelas de cosseguros aceitos, segundo nota técnica atuarial, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguro. Esta provisão é calculada através de técnicas

estatísticas e atuariais, descritas em nota técnica atuarial, e com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. Em 31 de dezembro de 2025, esta provisão apresenta o saldo de R\$ 1.809 (R\$ 1.419, em 31/12/2024), conforme metodologia aplicada pela Companhia.

▪ **Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar (PVR)**

Corresponde aos valores devidos aos segurados decorrentes de devoluções de prêmios, cancelamentos de apólices e demais valores relacionados a contratos de seguros que, por qualquer motivo, ainda não tenham sido liquidados até a data-base das Demonstrações Financeiras.

A provisão é reconhecida pelo valor devido, quando caracterizada obrigação presente da Companhia.

Com a adoção da Circular SUSEP nº 648/2021, os saldos passaram a observar a nova estrutura de classificação contábil aplicável aos contratos de seguros, não havendo alteração na natureza ou no critério de mensuração da obrigação.

▪ **Provisão de despesas relacionadas (PDR)**

Constituída mensalmente para cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas individuais para cada sinistro, quanto às despesas relacionadas aos sinistros de forma agrupada, líquida de cosseguros cedidos e bruta de resseguros.

▪ **Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)**

A PPNG-RVNE corresponde a uma parcela estimada da PPNG referente a riscos cuja vigência já tenha se iniciado, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido.

A metodologia baseia-se no conceito do desenvolvimento dos triângulos de *run-off*, onde os fatores de desenvolvimento foram determinados a partir da combinação da data de início de vigência e da data de emissão do risco para a estimação dos prêmios em atraso, bem como os valores das comissões, comissões diferidas e a PPNG-RVNE, conforme descrita em nota técnica atuarial.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa provisão é de R\$ 424 (R\$ 245 em 31/12/2024), conforme a metodologia aplicada pela Companhia.

m) Teste de adequação de passivos (TAP)

O Pronunciamento CPC 11- Contratos de Seguros requer que as seguradoras e operadoras emittentes de contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos, constituídos pelas provisões técnicas, registrados em cada semestre, através de um Teste de Adequação de Passivos (TAP), observando-se as regras definidas e procedimentos para sua realização, conforme normas do órgão regulador.

Este teste deve avaliar as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro, a ser elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa, dessas obrigações, deverão considerar todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro para as sociedades seguradoras, descontadas a valor presente com base nas Estruturas a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de riscos e comparadas com as provisões técnicas constituídas em junho e em dezembro de cada ano.

Se o resultado do teste de adequação de passivo relativo a prêmios registrados/não registrados indicar insuficiência, já deduzida a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil na data-base dos títulos “mantidos até o vencimento” em garantia das provisões técnicas, a Companhia deverá reconhecê-la na Provisão Complementar de Cobertura (PCC); se o resultado do teste relativo às demais provisões técnicas (PSL, PDR e IBNR) indicar insuficiência, a Companhia deverá reconhecê-la na própria provisão técnica deficitária e ajustar a sua metodologia e recalculer o teste de adequação.

O quadro de sinistralidade está apresentado a seguir neste relatório. As demais premissas atuariais, incluindo despesas administrativas e outras premissas relevantes, foram definidas com base em estudos técnicos próprios, devidamente formalizados no Relatório do Teste de Adequação dos Passivos (TAP), onde constam as respectivas metodologias e fundamentações.

Sinistralidade esperada		
Grupo de Contrato	31/12/2025	31/12/2024
Patrimonial	21,53%	39,87%
Responsabilidades	40,70%	53,82%
Pessoas_Coletivo	42,40%	34,07%
Rural	52,10%	58,98%
Pessoas_Individual	28,30%	27,70%
Vida_Individual	28,30%	31,01%

Impactos da Circular SUSEP nº 678/2022 no TAP

A Circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022, trouxe mudanças relevantes nas regras de contabilização relacionadas ao Teste de Adequação de Passivos (TAP). Os principais impactos estão detalhados a seguir:

- **Efeito das Taxas de Juros na Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - O artigo 125-C da Circular estabelece que as variações na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), decorrentes de alterações na estrutura a termo da taxa de juros, podem ser registradas no resultado do exercício ou em Outros Resultados Abrangentes (ORA), dependendo da política contábil adotada pela supervisionada.

A Companhia optou por reconhecer as variações na PCC diretamente no resultado do exercício, em conformidade com a regulamentação.

- **Revogação da Compensação da "Mais-Valia" de Ativos Mantidos até o Vencimento com o Resultado do TAP** - A revogação do §2º do Artigo 43 da Circular SUSEP nº 648/2021 eliminou a possibilidade de compensar insuficiências identificadas no TAP com a mais-valia de ativos financeiros classificados como "mantidos até o vencimento".

No entanto, o saldo da mais-valia desses ativos continua sendo considerado no cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, contribuindo para a determinação da suficiência de capital regulatório da Companhia. O Teste de Adequação de Passivo indicou insuficiência para reconhecimento de provisão complementar de cobertura em 2025. Para o período, os resultados das avaliações realizadas foram:

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

(i) Para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025

<i>Prêmios e contribuições registrados de PPNG</i>					<i>Prêmios e contribuições não registrados de PPNG</i>				
<i>31 de dezembro de 2025</i>					<i>31 de dezembro de 2025</i>				
Grupo de Contrato	PPNG constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG	Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG	Superávit/ (Déficit)	PCC-PPNG	Grupo de Contrato	PPNG não constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG	Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG futura de prêmios não registrados	Superávit/ (Déficit)	PCC-Não registrada
Patrimonial	9.009	7.249	1.761	-	Patrimonial	-	-	-	-
Responsabilidades	51	37	14	-	Responsabilidades	-	-	-	-
Pessoas_Coletivo	45	24	22	-	Pessoas_Coletivo	-	(4.641)	(4.641)	(4.641)
Rural	1.730	2.006	(276)	(276)	Rural	-	-	-	-
Pessoas_Individual	160	153	7	-	Pessoas_Individual	-	-	-	-
Vida_Individual	4	1	3	-	Vida_Individual	-	-	-	-
Total	10.999	9.470	1.531	(276)	Total	-	(4.641)	(4.641)	(4.641)

<i>Ativo de resseguro registrados de PPNG</i>					<i>Ativo de resseguro não registrados de PPNG</i>				
<i>31 de dezembro de 2025</i>					<i>31 de dezembro de 2025</i>				
Grupo de Contrato	PPNG constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG	Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG	Superávit/ (Déficit)	PCC-PPNG	Grupo de Contrato	PPNG não constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG	Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG futura de prêmios não registrados	Superávit/ (Déficit)	PCC-Não registrada
Patrimonial	3.941	984	2.957	-	Patrimonial	-	-	-	-
Responsabilidades	41	13	28	-	Responsabilidades	-	-	-	-
Pessoas_Coletivo	19	7	12	-	Pessoas_Coletivo	-	(1.249)	(1.249)	(1.249)
Rural	1.406	1.266	140	-	Rural	-	-	-	-
Pessoas_Individual	-	-	-	-	Pessoas_Individual	-	-	-	-
Vida_Individual	2	1	1	-	Vida_Individual	-	-	-	-
Total	5.409	2.271	3.138	-	Total	-	(1.249)	(1.249)	(1.249)

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

(ii) Para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024

<i>Prêmios e contribuições registrados de PPNG</i>					<i>Prêmios e contribuições não registrados de PPNG</i>				
<i>31 de dezembro de 2024</i>					<i>31 de dezembro de 2024</i>				
Grupo de Contrato	PPNG constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG	Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG	Superávit / (Déficit)	PCC-PPNG	Grupo de Contrato	PPNG não constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG (saídas - entradas)	Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG futura de prêmios não registrados (saídas - entradas)	Superávit / (Déficit)	PCC-Não registrada
Patrimonial	9.646	6.165	3.481	-	Patrimonial	-	-	-	-
Responsabilidades	37	24	13	-	Responsabilidades	-	-	-	-
Pessoas_Coletivo	166	140	26	-	Pessoas_Coletivo	-	(1.527)	(1.527)	(1.527)
Rural	558	389	169	-	Rural	-	-	-	-
Pessoas_Individual	432	179	252	-	Pessoas_Individual	-	-	-	-
Vida_Individual	9	4	5	-	Vida_Individual	-	-	-	-
Total	10.848	6.901	3.946	-	Total	-	(1.527)	(1.527)	(1.527)
<i>Ativo de resseguro registrados de PPNG</i>					<i>Ativo de resseguro não registrados de PPNG</i>				
<i>31 de dezembro de 2024</i>					<i>31 de dezembro de 2024</i>				
Grupo de Contrato	PPNG constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG	Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG	Superávit / (Déficit)	PCC-PPNG	Grupo de Contrato	PPNG não constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG (saídas - entradas)	Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG futura de prêmios não registrados (saídas - entradas)	Superávit / (Déficit)	PCC-Não registrada
Patrimonial	3.899	1.579	2.320	-	Patrimonial	-	-	-	-
Responsabilidades	25	20	5	-	Responsabilidades	-	-	-	-
Pessoas_Coletivo	123	41	82	-	Pessoas_Coletivo	-	-	-	-
Rural	447	262	185	-	Rural	-	-	-	-
Pessoas_Individual	-	-	-	-	Pessoas_Individual	-	-	-	-
Vida_Individual	4	1	3	-	Vida_Individual	-	-	-	-
Total	4.498	1.903	2.595	-	Total	-	-	-	-

n) Tributos diferidos

As provisões para tributos diferidos são constituídas com base nas alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras, sobre os efeitos temporários não tributáveis, decorrentes da reserva de reavaliação de imóveis (em 2006).

A composição detalhada das provisões para tributos diferidos pode ser consultada na nota explicativa nº 22.

o) Provisões judiciais

As provisões judiciais nas esferas fiscal, trabalhista e cível são constituídas para cobrir os desembolsos futuros relacionados a contingências. A avaliação das provisões é realizada com base na experiência dos assessores jurídicos da Companhia, que analisam a natureza e a probabilidade de êxito de cada processo, considerando a posição dos tribunais e as decisões anteriores. Além disso, as provisões são atualizadas periodicamente, de acordo com os índices legais aplicáveis a cada tipo de processo e conforme as mudanças nas circunstâncias de cada caso.

Para os processos classificados com probabilidade de perda provável, as provisões são integralmente contabilizadas no resultado, refletindo o impacto financeiro das estimativas de liquidação. O montante das provisões é ajustado conforme o andamento dos processos e as orientações dos assessores jurídicos, com base nas informações mais recentes dos respectivos tribunais.

A composição detalhada destas provisões pode ser consultada na nota explicativa nº 23.

p) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base nas disposições estatutárias da Companhia e em conformidade com a Lei nº 6.404/76, que assegura o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. Este cálculo é ajustado conforme a legislação em vigor, com acréscimo de 10% para as ações preferenciais, conforme estabelecido pela Lei nº 9.457/97. A provisão para o dividendo mínimo obrigatório é constituída no final do exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei para sua retenção.

Após a destinação de 5% do lucro líquido para a constituição da reserva legal, conforme o artigo 193 da Lei 6.404/76, e a eliminação do efeito do lucro não realizado, a Companhia pode não ter lucro suficiente para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Nesse cenário, a Companhia pode não estar em posição de distribuir o dividendo mínimo, dado que a base de cálculo do dividendo será impactada pela destinação da reserva legal e pelo lucro não realizado. O dividendo adicional, se houver, será proposto após a aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

7. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, podendo afetar suas finalidades de estratégia e planos financeiros, são:

- Risco de subscrição;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional; e
- Risco de liquidez.

Gestão de risco de subscrição

O risco de subscrição representa a incerteza associada à capacidade da seguradora de precificar adequadamente os produtos de seguro, considerando a ocorrência de sinistros futuros e está também relacionado a avaliação incorreta da probabilidade e do impacto de eventos cobertos ocorrerem durante o período de vigência da apólice.

Em outras palavras, é a possibilidade de que os custos reais com indenizações sejam superiores às provisões técnicas constituídas.

Atualmente a Companhia está operando nos ramos de Vida em Grupo, Acidentes Pessoais Coletivo, Vida Individual, Prestamista, Compreensivo Empresarial e Residencial, Garantia Estendida, Ramos Diversos, Benfeitorias e Penhor Rural, buscando assim um nível de receita com seguros adequado diante dos riscos assumidos por cada ramo.

Além do tipo de portfólio, a Companhia pratica uma avaliação criteriosa dos riscos inerentes a cada contrato de seguro, com monitoramento contínuo da sinistralidade, assim como buscando uma diversificação da carteira, distribuindo os riscos entre os diferentes ramos segmentos. Como parte do seu programa de controle de riscos, a Companhia cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e, conseqüentemente, mitigar suas potenciais perdas. O quadro a seguir demonstra a concentração de risco por ramo e por região, com base nos prêmios ganhos brutos e líquidos de resseguro no período:

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2025			
Ramo/ região geográfica	Nordeste	Sudeste	Total
Acidentes pessoais - individual	11.804	128	11.932
Vida em grupo	7.514	214	7.728
Riscos diversos	21	8.768	8.789
Garantia estendida	7.348	-	7.348
Benfeitorias prod agropecuários	-	5.549	5.549
Acidentes pessoais - coletivo	2.515	83	2.598
Compreensivo empresarial	239	593	832
Outros produtos	162	768	930
Total	29.603	16.103	45.706

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2024			
Ramo/ região geográfica	Nordeste	Sudeste	Total
Acidentes pessoais - individual	8.631	1	8.632
Vida em grupo	11.581	35	11.616
Riscos diversos	1	1.325	1.326
Garantia estendida	4.223	-	4.223
Benfeitorias prod agropecuários	-	56	56
Acidentes pessoais - coletivo	1.307	5	1.312
Compreensivo empresarial	80	138	218
Outros produtos	137	60	197
Total	25.960	1.620	27.580

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2025			
Ramo/ região geográfica	Nordeste	Sudeste	Total
Acidentes pessoais - individual	11.802	114	11.916
Vida em grupo	3.288	131	3.419
Riscos diversos	15	3.365	3.380
Garantia estendida	7.348	-	7.348
Benfeitorias prod agropecuários	-	2.295	2.295
Acidentes pessoais - coletivo	1.652	53	1.705
Compreensivo empresarial	102	255	357
Outros produtos	108	325	433
Total	24.315	6.538	30.853

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2024			
Ramo/ região geográfica	Nordeste	Sudeste	Total
Acidentes pessoais - individual	8.635	1	8.636
Vida em grupo	6.999	20	7.019
Riscos diversos	-	508	508
Garantia estendida	4.223	-	4.223
Benfeitorias prod agropecuários	-	25	25
Acidentes pessoais - coletivo	791	3	794
Compreensivo empresarial	33	58	91
Outros produtos	98	27	125
Total	20.779	642	21.421

Gestão de risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de que o valor de um investimento, portfólio ou ativo financeiro seja alterado devido a flutuações nos preços de mercado. Ou seja, é a exposição a eventos externos que podem impactar negativamente o valor dos seus investimentos.

A Companhia possui uma Política de Investimentos que segue as determinações regulatórias do CMN e da SUSEP. Aplica seus recursos financeiros no mercado brasileiro, o qual pode ser mensurado com confiabilidade, buscando segurança e liquidez para honrar suas obrigações futuras, praticando uma política prudente no portfólio de suas aplicações.

A Companhia seleciona as instituições financeiras para aplicação de seus recursos através de assessoria de investimentos. Os principais ativos financeiros estão representados, de forma conservadora, por fundos de investimentos atrelados a títulos públicos federais com alta liquidez e segurança. Todo o planejamento tem por objetivo a garantia do capital, a boa remuneração, a cobertura das provisões técnicas e margem de solvência (nota explicativa nº 27).

A estratégia conservadora de alocação de ativos tem como objetivo evitar que perdas oriundas de flutuações de preços, taxas e índices impactem materialmente o seu patrimônio líquido. São utilizados critérios técnicos relativos à gestão de ativos e passivos que levam em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos.

Na gestão financeira, os principais riscos identificados incluem a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações nos preços, índices e taxas nos mercados financeiros.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito dos ativos financeiros e ativos de resseguro consiste na possibilidade de ocorrerem perdas pela desvalorização dos recebíveis decorrentes da redução na classificação de risco e/ou pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia.

Os créditos de resseguro decorrem de contratos celebrados com resseguradores locais, admitidos e eventuais, referentes à sua participação em sinistros. A Companhia mantém política de avaliação da capacidade financeira de seus resseguradores, considerando, entre outros fatores, ratings de crédito atribuídos por agências classificadoras e acompanhamento periódico da exposição por contraparte.

No quadro a seguir, apresenta-se a exposição da Companhia ao risco de crédito relacionada às operações de resseguro.

Classe	Categoria de Risco	Agência	31/12/2025	31/12/2024
Local	AA+	Standard & Poor's Co.	47.007	56.808
Local	AA-	Standard & Poor's Co.	1	11
Local	A+	Standard & Poor's Co.	2.883	2.041
Admitida	A+	Standard & Poor's Co.	8.945	421
Eventual	BBB+	Standard & Poor's Co.	4.395	226
Total			63.231	59.507

Adicionalmente, a Companhia possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), sendo reconhecidas perdas esperadas sobre tais valores, quando aplicável, em conformidade com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que mantém operações apenas com instituições financeiras de primeira linha e que possuem ratings fornecidos por agências internacionais como *Fitch Rating*, *Standard and Poor's* e *Moody's Investor*. Em 31 de dezembro de 2025, 100% dos recursos de renda fixa estão alocados em instituições financeiras com classificação de risco AAA, conforme demonstrado a seguir:

31/12/2025					
Rating	Títulos públicos	CDB	Debêntures	Letras financeiras	Total
AAA	63.068	147	135	637	63.987
Total	63.068	147	135	637	63.987

31/12/2024					
Rating	Títulos públicos	CDB	Debêntures	Letras financeiras	Total
AAA	62.512	100	-	-	62.612
Total	62.512	100	-	-	62.612

Gestão de risco operacional

Como processo de mitigação aos riscos de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos de pessoas, sistemas ou eventos externos, incluindo o risco legal, a Companhia, em conformidade com princípios éticos em suas tomadas de decisões, tem vínculo com as observações confiáveis reportadas pela auditoria interna sobre os itens abaixo:

- Bons controles internos;
- Infraestrutura tecnológica e segurança;
- Softwares atualizados; e
- Revisões em geral das políticas internas e regulamentos.

Como medidas atreladas ao fortalecimento e melhores práticas para cumprir e observar rigorosamente a legislação vigente, a Companhia contratou uma empresa especializada para atender as questões de Compliance, processos e BPO- gestão de riscos.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez visa acompanhar e garantir que a Companhia tenha sempre os recursos financeiros necessários e disponíveis para pagar suas obrigações associadas aos seus passivos e conforme os seus vencimentos. Mesmo em situações desafiadoras, a empresa deve manter o equilíbrio certo entre investimentos, fluxo de caixa e possíveis cenários adversos. Visando mitigar este risco, a Companhia possui política de *ALM - Asset-Liability Management* implantada que visa compatibilização entre o portfólio de ativos financeiros e o conjunto de passivos decorrentes das suas obrigações operacionais, administrativas e regulatórias, líquidos dos ativos decorrentes de direitos operacionais, considerando o impacto de fatores externos, tais como inflação, taxa de juros, câmbio, flutuações de índices e indexadores de mercado; bem como o impacto de fatores internos, como mudanças significativas na carteira de clientes e/ou linhas de negócios, sinistralidade observada/projetada e atualizações do apetite por riscos.

8. Aplicações

A Companhia, mantém suas aplicações financeiras sob gestão de um agente financeiro (Banco Itaú), com quem possui contrato de administração de carteira de custódia e outras avenças. A gestão das aplicações é conduzida em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP, que regulamentam a composição de reservas técnicas para cobertura das operações de seguros.

As aplicações em fundos de investimentos buscam equilíbrio na relação “risco x rentabilidade”, com objetivo de ter uma rentabilidade superior ao CDI e os ativos são atrelados a mercados de juros nominais, reais e índices de preços de mercado como os títulos públicos, sempre em consonância com a política de investimentos aprovada pela Companhia.

Atualmente, 98% dos ativos da ALBA Seguradora estão aplicados em cotas de fundos de investimento basicamente formada por títulos públicos federais e 2% em cotas de fundo do composto por ativos de crédito privado como letras financeiras, CDBs e debentures, conforme composição abaixo. Essa composição tem como objetivo assegurar a liquidez necessária para cobertura de reservas técnicas e atender aos requisitos regulatórios estabelecidos para sociedades seguradoras.

8.1. Saldos

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo de aquisição	Valor de mercado	%	Custo de aquisição	Valor de mercado	%
Valor justo por meio do resultado (VJR)						
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	40.418	42.634	66,6	54.017	55.303	88,3
Quotas de outros fundos de investimentos	19.866	21.353	33,4	6.339	7.309	11,7
Total de aplicações	60.284	63.987	100,0	60.356	62.612	100,0

8.2. Composição da carteira

	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado (VJR)	63.987	62.612
Títulos públicos	63.068	62.512
Certificado de depósito bancário	147	100
Debêntures	135	-
Letras financeiras	637	-
Total do Ativo Circulante	63.987	62.612

A estratégia de investimentos da Companhia adota uma abordagem conservadora, com foco na preservação do capital investido, em conformidade com os parâmetros regulatórios e na promoção da segurança e sustentabilidade financeira das operações da ALBA Seguradora.

Diante do cenário econômico desafiador, marcado por um ciclo de aperto na política monetária brasileira e os desafios fiscais locais, a Companhia optou por manter a cautela dos investimentos destinando apenas 2% da carteira em ativos de crédito privado.

Os fundos de renda fixa apresentaram uma rentabilidade de 14,06% equivalente a 98,3% do CDI, tendo a sua composição para remuneração com alocação de 77,28% em Juros Pós, 18,43% RF Multi Mesa e 4,29% juros pré.

8.3. Movimentação

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	62.612	55.457
(+) Captações de aplicações financeiras	115.171	156.143
(+) Rend. s/ aplic. financeiras (nota explicativa nº 32)	9.229	7.092
(+/-) Perdas/ ganhos com ações (VJORA)	-	(56)
(-) Resgates de aplicação financeiras	(123.025)	(156.024)
Saldo final	63.987	62.612

Os valores destacados em “aplicações” e “resgates” contemplam as realocações nas classes de ativos de acordo com as variações de cenários e as oportunidades de investimentos.

8.4. Hierarquia do valor justo

Os ativos classificados como valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são representados com base na tabela de análise do método de valorização de ativos financeiros, definido na seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo.
- **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1”, mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

- **Nível 3:** títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2025			31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
VJR	63.068	919	63.987	62.512	100	62.612
Títulos públicos	63.068	-	63.068	62.512	-	62.512
Certificado de depósito bancário	-	147	147	-	100	100
Debêntures	-	135	135	-	-	-
Letras financeiras	-	637	637	-	-	-
Total	63.068	919	63.987	62.512	100	62.612

9. Prêmios a receber

9.1 Composição - Ramo

	31/12/2025	31/12/2024
Riscos diversos	5.880	5.462
Acidentes pessoais - individual	1.140	3.341
Vida em grupo	1.888	2.515
Garantia estendida	826	706
Benfeitorias produtos agropecuários	701	652
Compreensivo empresarial	559	361
Acidentes pessoais - coletivo	890	265
Outros	221	210
Redução ao valor recuperável	(546)	(170)
Total	11.559	13.342

9.2 Movimentação dos prêmios a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	13.342	2.747
(+) Prêmios emitidos	53.700	40.586
(+) IOF	1.223	1.320
(-) Prêmios cancelados	(4.765)	(1.656)
(-) Prêmios recebidos	(52.596)	(29.834)
(+/-) Prêmios RVNE	1.020	341
(+/-) Variação redução ao valor recuperável	(365)	(162)
Saldo final	11.559	13.342

9.3 Posição de vincendas e vencidas

	31/12/2025			31/12/2024
	Prêmio a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmio a receber líquido	Prêmio a receber líquido
A Vencer	8.843	(320)	8.523	11.662
1 a 30 dias	3.342	(320)	3.022	5.279
31 a 180 dias	4.555	-	4.555	5.299
181 a 365 dias	946	-	946	1.085
Vencidos	1.634	(225)	1.409	1.073
1 a 30 dias	1.293	(42)	1.251	1.045
31 a 60 dias	135	-	135	28
61 a 180 dias	3	-	3	1
181 a 365 dias	203	(183)	20	-
Prêmios - Riscos vigentes não emitidos	1.627	-	1.627	607
Total	12.104	(545)	11.559	13.342

10. Outros créditos operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Valores a receber do SFH (i)	4.654	4.171
Comissões a restituir	377	262
Compensação resseguro (ii)	1.504	-
Outros	650	592
Total	7.185	5.025
Circulante	2.531	854
Não circulante	4.654	4.171

- (i) A Companhia possui despesas decorrentes de processos judiciais relacionados ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Desde a sua criação em 1967 e, sobretudo, após as alterações promovidas pelo Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.476, de 16 de setembro de 1988, e pela Lei nº 7.682, de 2 de dezembro de 1988, o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) assumiu integralmente os riscos do Seguro Habitacional. Este fundo é gerido exclusivamente pela Caixa Econômica Federal (CEF), sua única representante legal, conforme estabelecido na Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, e suas modificações pela Lei nº 13.000, de 18 de junho de 2014.

O Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a ação RE827996/PR, de repercussão geral - TEMA 1011, consolidou o entendimento de que a CEF possui interesse jurídico em todas as ações envolvendo o SH/SFH (Ramo 66), independentemente da fase processual ou da demonstração de prejuízo ao Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice (FESA). Apesar disso, a Companhia, de forma indevida, ainda é mantida no polo passivo das ações judiciais, por provocação dos autores/mutuários, como se também fosse representante do FCVS, o que é incorreto. Diante desse cenário, a CEF se comprometeu a reembolsar integralmente as despesas efetuadas na defesa do fundo. A Procuradoria Geral da

Fazenda Nacional também reconhece o direito da seguradora de ser reembolsada dos custos decorrentes da defesa do FCVS.

Por fim, a Resolução do Conselho Curador do Fundo de Compensação De Variações Salariais - CCFCVS n° 448, de 11/11/2019, estabelece que é admissível o reembolso dos pagamentos relacionados a imóveis vinculados à extinta apólice pública do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, desde que o Poder Judiciário reconheça a obrigação do SH/SFH em indenizar o mutuário.

- (ii) Refere-se a valores relacionados ao processamento da compensação com ressegurador (prêmio e comissão) ocorrido no mês subsequente ao encerramento do período.

11. Títulos e créditos a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Aluguéis a receber	762	1.013
Direitos resultantes da venda de imóveis	130	100
Nota promissória (i)	677	-
Outros	356	356
Redução ao valor recuperável	(1.068)	(824)
Total do Ativo Circulante	857	645
Nota promissória (i)	6.482	7.407
Total do Ativo Não Circulante	6.482	7.407
Total dos Títulos e Créditos a Receber	7.339	8.052

- (i) Nota promissória a receber referente à venda de um terreno avaliado pelo método de custo, realizada por meio de permuta financeira, em parcela única. A nota foi emitida em 13 de dezembro de 2023, em caráter "pro soluto", com vencimento em 30 de novembro de 2027, conforme estipulado na Escritura Pública de Compra e Venda de Imóvel, lavrada em 14 de dezembro de 2023.

O preço de aquisição do imóvel será pago em moeda corrente, equivalente a 10,5% do Valor Geral de Venda (VGV), sendo o valor mínimo da dívida fixado em R\$ 7.350, reajustado monetariamente pela variação do INCC até a data da confissão de dívida. Esse valor foi corrigido na data da emissão para R\$ 7.407.

O referido empreendimento foi lançado em novembro de 2024. O fluxo de recebimentos teve início em 2025, com realização de R\$ 249 no período e expectativa de ingressos adicionais de R\$ 677 até dezembro de 2026.

12. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos correspondem substancialmente as retenções de IRPJ sobre JCP recebidos e saldos negativos de IRPJ e de CSLL, cujas restituições/compensações foram pleiteadas à Receita Federal do Brasil (RFB).

(a) Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Retenções de imposto de renda	1.268	26
Créditos de contribuições previdenciárias	5	6
Créditos Fiscais - PIS e COFINS	4	4
Créditos Fiscais - IRPJ	-	909
Créditos Fiscais - CSLL	29	2.205
Total do Ativo Circulante	1.306	3.150
Créditos Fiscais - IRPJ	110	102
Créditos Fiscais - CSLL	6	5
Total do Ativo Não Circulante	116	107
Total de Créditos Tributários e Previdenciários	1.422	3.257

(b) Movimentação

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	3.257	1.995
(+) Crédito judicial da CSLL (i)	-	3.329
(-) Compensações do crédito da CSLL (i)	(2.329)	(1.211)
(+) Pedidos de restituição	-	1.015
(-) Utilização das retenções para pedido de restituição	-	(1.015)
(-) Recebimentos (ii)	(933)	(1.202)
(+) Crédito de IRRF e outros (iii)	1.257	10
(+) Atualizações monetárias	170	336
Saldo final	1.422	3.257

- (i) Em 2024, a RFB deferiu o pedido de habilitação do crédito da CSLL relativa ao processo em Administrativo Fiscal nº 13032.563124/2024-51. Em razão disso, a Companhia reconheceu o crédito no valor de R\$ 3.329, com vistas a compensá-lo com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), incluindo as contribuições previdenciárias (INSS). Até 31 de dezembro de 2025 foi compensado o valor de R\$ 2.329. (R\$ 1.211, em 2024).
- (ii) Em 2025, a Companhia recebeu o montante total de R\$ 933, referente a restituições de IRRF, sendo R\$ 914 relativos ao exercício de 2015 e R\$ 19 ao exercício de 2023. Em 2024, foi recebido R\$1.202 relativo ao saldo negativo de IRPJ de 2022 solicitado no mesmo período.
- (iii) Do montante de imposto de renda antecipado do devido em 2025, R\$ 1.185 refere-se a IRRF sobre JCP da investida Brasilcap. Em 2024, o valor de R\$ 10 refere-se a créditos previdenciários não utilizados.

(c) Créditos tributários não reconhecidos

A Companhia não reconhece contabilmente os créditos tributários provenientes das bases negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), dos prejuízos fiscais acumulados e das diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados. Tal procedimento decorre do fato de não haver, no momento, expectativa de base tributável futura relacionada às suas atividades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2025, a base de cálculo negativa da CSLL e as adições temporárias somavam R\$ 148.457 (R\$ 121.041 em 31/12/2024), enquanto o saldo de prejuízos fiscais e adições temporárias totalizava R\$ 147.319 (R\$ 121.528 em 31/12/2024). Aplicando-se as alíquotas de 40% sobre os referidos valores, verifica-se a existência de crédito fiscal não contabilizado em favor da Companhia, correspondente a aproximadamente R\$ 59.019 (R\$ 48.538 em 31/12/2024, cuja compensação, apesar de não estar adstrita a qualquer prazo prescricional, encontra-se limitada a 30% dos lucros tributáveis gerados anualmente.

Desde 1º de janeiro de 2023, o cálculo da CSLL está considerando a alíquota de 15%, conforme art. 3º, I da Lei nº 7.689/1988.

13. Ativos de resseguros - provisões técnicas

As provisões de prêmios não ganhos, são constituídas sobre o valor do prêmio cedido para o ressegurador com base na vigência do risco a decorrer. Esta provisão é líquida das comissões de resseguro.

Além disso, registramos as recuperações de resseguros cedidos referente a parte do ressegurador sobre riscos assumidos, decorrentes do cumprimento do contrato de resseguro, sobre as provisões técnicas ainda não pagos pela Companhia.

(i) Saldos

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG (*)	5.300	4.345
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG-RVNE (*)	109	153
Recuperação de resseguros cedidos - PSL	52.199	54.785
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	1.230	860
Recuperação de resseguros cedidos - PDR	1.640	1.879
(-) Redução ao valor recuperável	(188)	(324)
Ativos de resseguros - provisões técnicas	60.290	61.698
Circulante	24.023	14.230
Não Circulante	36.267	47.468

(*) PPNG constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

(ii) Movimentação

	Saldo em 01/01/2024	Constituição/ (Reversão) e encargos	Liquidação	Saldo em 31/12/2024	Constituição/ (Reversão) e encargos	Liquidação	Saldo em 31/12/2025
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG (*)	11	4.334	-	4.345	955	-	5.300
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG-RVNE (*)	1	152	-	153	(44)	-	109
Recuperação de resseguros cedidos - PSL	70.495	(8.546)	(7.164)	54.785	3.389	(5.975)	52.199
Direto	52.744	(10.011)	(5.542)	37.191	6.601	(5.611)	38.181
Cosseguros aceitos	17.751	1.465	(1.622)	17.594	(3.212)	(364)	14.018
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	64	796	-	860	370	-	1.230
Recuperação de resseguros cedidos - PDR	1.895	236	(252)	1.879	(82)	(157)	1.640
Direto	1.642	279	(177)	1.744	(106)	(115)	1.523
Cosseguros aceitos	253	(43)	(75)	135	24	(42)	117
(-) Redução ao valor recuperável	-	(324)	-	(324)	136	-	(188)
Ativos de resseguros - provisões técnicas	72.466	(3.352)	(7.416)	61.698	4.724	(6.132)	60.290

(*) PPNG constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG.

14. Bens a venda

(i) Saldos

	31/12/2025	31/12/2024
Bens à venda - imóveis	-	60
Bens à venda - salvados	2	-
Total	2	60

(ii) Movimentação

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	60	1.909
Adições	91	60
Baixa	(149)	(1.909)
Saldo final	2	60

Em 2025, as baixas totais de R\$ 149 referem-se à venda de terrenos e edificações no montante de R\$ 890.

15. Custos de aquisição diferidos- Seguros

(i) Saldos apresentados por ramo

	31/12/2025	31/12/2024
Garantia estendida	2.710	4.140
Riscos diversos	1.750	1.117
Benfeitorias produtos agropecuários	701	186
Compreensivo Empresarial	181	83
Acidentes pessoais - individual	118	308
Outros	138	85
Circulante	5.598	5.919
Garantia estendida	998	2.063
Não Circulante	998	2.063
Total	6.596	7.982

Entre os produtos comercializados pela Companhia, destaca-se o seguro de Garantia Estendida, que oferece carências de 3, 6, 9 ou 12, 24 ou 36 meses, conforme a garantia do fabricante. De maneira geral, o prazo médio de diferimento de todas as carteiras varia entre 1 e 24 meses, dependendo das condições específicas de cada contrato. Esse intervalo reflete a flexibilidade das políticas de seguros.

Do total apresentado, a Companhia utiliza como redutor da necessidade de cobertura técnica o montante de R\$ 4.186 (R\$ 6.115, em 31/12/2024), que correspondem aos custos de aquisição diferidos das despesas efetivamente liquidadas diretamente relacionadas ao valor de cada prêmio comercial, registrado e diferidos individualmente de acordo com a vigência do respectivo risco abrangido pela PPNG.

16. Depósitos judiciais e fiscais

A Administração da Companhia, em conjunto com seus consultores jurídicos, considera indevida a cobrança de determinados tributos. Em razão disso, ingressa com ações judiciais e efetua depósito dos valores correlatos, com o intuito de provocar a suspensão das respectivas exigibilidades. O mesmo procedimento é adotado em relação à cobrança indevida de foro pela União Federal.

Adicionalmente, a Companhia efetua depósitos judiciais referentes a processos movidos por terceiros, por entender que as reivindicações relacionadas e questões trabalhistas são passíveis de discussão.

Os principais valores depositados constantes do realizável a longo prazo são:

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos Cíveis	10.162	8.505
Depósitos judiciais - Sinistros	5.150	4.694
Depósitos judiciais - IRB e congêneres	5.012	3.811
Depósitos Fiscais	95.551	90.094
PIS	20.979	20.292
COFINS	74.344	69.589
Foro	228	213
Depósitos Trabalhistas	100	100
Outros depósitos	392	346
Total	106.205	99.045

Os passivos tributários e de foro correspondentes aos valores depositados judicialmente, conforme mencionado acima e devidamente atualizados monetariamente, estão reconhecidos contabilmente pelo valor do litígio, sob a rubrica 'provisões judiciais' (passivo não circulante), quando aplicável, conforme detalhado na nota explicativa nº 23. Para os depósitos judiciais relacionados a processos de sinistros, há um passivo equivalente registrado sob a rubrica 'provisões técnicas', também no passivo não circulante.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

17. Participações societárias e outros investimentos

	Participação (%)		Capital social		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) líquido		Valor do investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Controlada												
Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. ("Companhia Uruguay") 16.000.000 ações ON em 2024 - liquidada (i)	-	100%	-	-	-	-	-	(212)	-	-	-	(212)
Coligada												
Brasilcap Capitalização S.A. ("Brasilcap") - 51.292.002 ações ON e 12.187.552 ações PN em 2025 e 2024 (ii)	15,86%	15,86%	403.000	354.398	1.049.567	803.744	341.476	280.770	166.424	127.445	54.146	44.520
Investida sob controle comum												
Companhia de Participações Aliança da Bahia ("Aliança Participações")- 176.200 ações ON e 590.221 ações PN em 2024 (iii)	-	5,96%	-	612.157	-	900.430	-	40.255	-	41.833	-	-
Outras participações societárias									383	383		
Total de Participações societárias									166.807	169.661	54.146	44.308
Outros investimentos												
Incentivos fiscais									128	128		
Redução ao valor recuperável									(46)	(46)		
Total de Outros investimentos									82	82		
									166.889	169.743		

- (ii) Em relação à investida Brasilcap, os saldos de ativo e passivo totalizam R\$ 13.943.919 (R\$ 13.531.150 em 31/12/2024) e R\$ 12.894.352 (R\$ 12.727.406 em 31/12/2024), respectivamente.

(a) Movimentação das participações societárias

	(i) Companhia Uruguay	(ii) Brasilcap	(iii) Aliança Participações	Outras participações	Total
Saldo em 01/01/2024	513	121.495	41.833	383	164.224
Dividendos	-	(41.503)	-	-	(41.503)
Equivalência patrimonial	(212)	44.520	-	-	44.308
Ajuste de avaliação patrimonial	-	2.933	-	-	2.933
Conversão acumulada	(370)	-	-	-	(370)
Realização da variação cambial	425	-	-	-	425
Saldo a receber com a baixa da investida	(356)	-	-	-	(356)
Saldo em 31/12/2024	-	127.445	41.833	383	169.661
Dividendos	-	(7.287)	-	-	(7.287)
Juros sobre capital próprio	-	(7.897)	-	-	(7.897)
Equivalência patrimonial	-	54.146	-	-	54.146
Ajuste de avaliação patrimonial	-	17	-	-	17
Baixa do investimento - Cancelamento de ações (nota explicativa nº1)	-	-	(41.833)	-	(41.833)
Saldo em 31/12/2025	-	166.424	-	383	166.807

(i) Companhia Uruguay - A controlada, em processo de liquidação voluntária desde 25 de março de 2019, teve o procedimento finalizado em 06 de maio de 2024, após autorização do *Ministerio de Economía y Finanzas de Uruguay*. A baixa contábil, no entanto, foi registrada apenas em setembro de 2024, após a última movimentação bancária, ocorrida em agosto de 2024.

(ii) Brasilcap - A participação da Companhia sobre o capital votante é de 23,75% e de 15,86% do capital total. Em 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$ 15.184 referente a dividendos antecipados e JCP relativos ao 1º semestre de 2025, em cumprimento à deliberação do Conselho de Administração da Brasilcap de 13/10/2025, *ad referendum* da assembleia geral ordinária, sendo R\$ 7.287 de dividendos e R\$ 7.897 de JCP. Adicionalmente, em 20 de outubro de 2025 a SUSEP, por meio da Portaria CGRAF nº 2783, homologou o aumento de capital social, por meio de reservas de lucros, deliberado pela Assembleia em 31 de março de 2025. O montante aprovado de R\$ 48.602 passou a compor o capital social da Companhia, somando R\$ 403.000, em 31 de dezembro de 2025.

(iii) Aliança Participações - O investimento era avaliado pelo método da equivalência patrimonial, conforme a classificação prevista no CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto.

Conforme descrito no contexto operacional “Reorganização Societária”, em 15 de dezembro de 2025 foi deliberado o cancelamento de 766.421 ações de emissão da referida investida detidas pela ALBA Seguradora, com a consequente eliminação das participações recíprocas, em observância ao disposto no §5º do art. 244 da Lei nº 6.404/76.

Em decorrência do cancelamento das ações e da extinção das participações recíprocas, o saldo do investimento foi integralmente baixado nas demonstrações financeiras da Companhia, mediante absorção pelas reservas patrimoniais, deixando de ser aplicável, a partir dessa data, o método da equivalência patrimonial.

18. Imóveis destinados a renda

(i) Saldos

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor de aquisição/ reavaliação	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	3.744	-	3.744	4.174
Edificações e benfeitorias	6.545	(4.252)	2.293	12.622
	10.289	(4.252)	6.037	16.796

A Companhia vem depreciando os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota explicativa nº 6 d). Em 31 de dezembro de 2025, não existem imóveis oferecidos em garantia de processos judiciais com sinistros e tributos.

(ii) Movimentação

	Custo de aquisição/ reavaliação	(-) Depreciação	Valor líquido
Saldo em 01/01/2024	10.925	(4.096)	6.829
Reclassificação por ativação (a)	8.913	-	8.913
Depreciação	-	(315)	(315)
Transferência do imobilizado (b)	3.157	(1.775)	1.382
Transferência para imóveis disponíveis para venda	(282)	269	(13)
Saldo em 31/12/2024	22.713	(5.917)	16.796
Adições (a)	48	-	48
Depreciação	-	(140)	(140)
Baixa (c)	(12.326)	1.748	(10.578)
Transferência para imóveis disponíveis para venda	(146)	57	(89)
Saldo em 31/12/2025	10.289	(4.252)	6.037

(a) A Companhia investiu R\$ 8.913 em obras de *retrofit* para renovação de um imóvel e locação a terceiros até 31 de dezembro de 2024. Essas obras envolveram a atualização das estruturas prediais, a adequação de layouts e a renovação dos sistemas de instalações e segurança da edificação. Em janeiro de 2025 foi adicionado R\$ 48 ao mesmo imóvel, sendo posteriormente transferida a propriedade para a Controladora indireta, pelo valor contábil do imóvel do montante de R\$ 10.532.

A Companhia aderiu ao programa de incentivo instituído pela Lei nº 9.767/2023 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 38.305/2024, que prevê a concessão de crédito correspondente a 50% do valor investido em obras de *retrofit*, passível de compensação

com tributos municipais (ITIV, IPTU, TRSD e TFF), mediante validação pelo órgão competente.

O imóvel obteve Habite-se nº 70925/2025, vistoria do AVCB realizada pelo Corpo de Bombeiros e regularização fundiária concluída junto ao 4º Registro de Imóveis de Salvador/BA. A documentação referente ao programa Renova Centro foi protocolada na SEFAZ (Processo nº 105439/2024) e encontra-se em análise, com previsão de conclusão no 1º semestre de 2026.

- (b) Valor transferido da rubrica imobilizado para investimentos, referente a diversos imóveis, anteriormente classificados como uso próprio, que a Companhia agora gerencia com o objetivo de gerar receita por meio de locação ou arrendamento.
- (c) Baixa referente a venda de 2 imóveis, no valor de R\$ 10.578, sendo R\$ 10.532 decorrente da venda de terreno e imóvel à Controladora indireta, pelos respectivos valores de custo histórico de R\$ 315 e R\$ 10.217, com quitação integral.

(iii) Resumo das características dos imóveis

A Companhia mantém no seu ativo, no grupo de investimentos, imóveis que não são utilizados nas suas atividades administrativas e operacionais. Estes imóveis estão disponíveis para locação e futura venda, inclusive os que estavam em garantia das provisões técnicas até 31 de outubro de 2017.

a) Unidades imobiliárias

Grande parte dos imóveis data das décadas de 1930 a 1960, enquanto outros, com maior potencial econômico, foram incorporados ao patrimônio da Companhia a partir da década de 1970. O quadro abaixo apresenta a composição atual das unidades imobiliárias, incluindo sua classificação e quantidade.

Descrição	Locadas	Disponíveis		Total
		p/ locação ou	venda	
Terrenos	-		7	7
Prédio residencial	-		1	1
Prédios comerciais	1		3	4
Apartamentos	2		-	2
Box de garagem	156		41	197
Pavimentos	2		-	2
Salas	8		33	41
Lojas	2		2	4
Conjuntos comerciais	2		9	11
Total	173		96	269

b) Posição de aluguéis a receber

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	34	188
Vencidos		
30 dias	4	1
60 dias	-	-
90 dias	4	-
>120 até 180 dias	-	-
>180 até 360 dias	8	-
>360 dias	712	824
Redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 6d)	(712)	(824)
Total	50	189

c) Efeito resultado

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com imóveis de renda	712	614
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	(2.843)	(2.841)
Depreciações de bens destinados à renda ou venda	(140)	(316)
Perda por redução ao valor recuperável sobre aluguéis	112	-
Perda por recebíveis de aluguéis	(112)	-
Resultado dos imóveis para renda	(2.271)	(2.543)
Imóveis	11.552	13.940
Veículos	-	80
Custo dos Imóveis	(10.726)	(1.862)
Despesas com vendas	-	(335)
Resultado dos imóveis com alienação	826	11.823
Resultado total dos imóveis	(1.445)	9.280

d) Reajuste médio auferido nos contratos de aluguel

Os reajustes contemplam a variação anual do IGPM-FGV/IPCA, conforme pactuado em cada contrato. Quando das renovações a Companhia adota, quando possível, o preço de mercado.

e) Eventuais riscos adicionais a que estão expostos os créditos de aluguéis a receber e os investimentos

Os créditos decorrentes de aluguéis estão sujeitos a risco de inadimplência. A Companhia adota políticas cabíveis para a cobrança dos valores vencidos, a fim de minimizar as perdas. Os créditos, cuja liquidação é duvidosa, possuem expectativas de perdas reconhecidas no resultado, cujo montante contabilizado no ativo possui o saldo de R\$ 712 (R\$ 824, em 31/12/2024).

Os investimentos em imóveis, estão acrescidos de uma avaliação a valor de mercado realizada em 2006, no montante líquido de R\$ 5.020. Em 31 de dezembro de 2025, a

Companhia realizou, por meio de avaliação independente, a mensuração do valor de mercado dos imóveis destinados à renda, que totalizou R\$ 46.572 (R\$ 67.971 em 31/12/2024) e o valor de liquidação imediata no valor de R\$ 31.209 (R\$ 47.880 em 31/12/2024). O valor contábil desses ativos é de R\$ 6.037 (R\$ 16.796 em 31/12/2024), refletindo a última reavaliação realizada em 2006, sem novas atualizações posteriores.

A maioria dos imóveis foi adquirida para cobertura das provisões técnicas e do capital, segundo as normas vigentes à época, além de constituir, também, uma garantia patrimonial. Até 31 de outubro de 2017, a Companhia utilizou o limite de 8% para cobertura das provisões técnicas, extinguindo-se esse direito a partir de 03/11/2017.

Alguns deles estão alugados na expectativa de futura revitalização da área. Em se tratando de terrenos e prédios bem localizados e não alugados, a Companhia mantém gastos com vigilância, monitoramento e seguros. Portanto, não existem riscos relevantes que possam afetar o patrimônio da Companhia.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

19. Imobilizado

	Saldos em					Saldos em	Taxas anuais de
	01/01/2025	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	31/12/2025	depreciação
Imóveis de Uso Próprio	818	-	(16)	-	-	802	
Terrenos	167	-	-	-	-	167	
Edificações	651	-	(16)	-	-	635	(*)
Bens Móveis	1.083	261	(289)	(4)	169	1.220	
Equipamentos	581	229	(213)	(4)	48	641	20%
Móveis, máquinas e utensílios	502	32	(76)	-	121	579	10%
Veículos	-	-	-	-	-	-	20%
Outras Imobilizações	511	-	(12)	-	(169)	330	
Imobilização em curso	80	-	-	-	-	80	
Outras imobilizações	431	-	(12)	-	(169)	250	4%
Total	2.412	261	(317)	(4)	-	2.352	

	Saldos em					Saldos em	Taxas anuais de
	01/01/2024	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	31/12/2024	depreciação
Imóveis de Uso Próprio	2.103	200	(103)	-	(1.382)	818	
Terreno	678	-	-	-	(511)	167	
Edificações	1.425	200	(103)	-	(871)	651	(*)
Bens Móveis	466	823	(206)	-	-	1.083	
Equipamentos	358	376	(153)	-	-	581	20%
Móveis, máquinas e utensílios	92	447	(37)	-	-	502	10%
Veículos	16	-	(16)	-	-	-	20%
Outras Imobilizações	139	9.289	(4)	-	(8.913)	511	
Imobilização em curso	-	9.002	-	-	(8.913)	89	
Outras imobilizações	139	287	(4)	-	-	422	4%
Total	2.708	10.312	(313)	-	(10.295)	2.412	

(*) A Companhia deprecia os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota explicativa nº 6 h).

A depreciação dos demais itens do imobilizado, avaliados ao custo de aquisição, é calculada pelo método linear, com base em taxas (demonstradas retro) que levam em consideração a estimativa da vida útil econômica remanescente dos bens. Em 31 de dezembro de 2025, não existem imóveis de uso próprio oferecidos em garantia de processos judiciais relacionados com sinistros e tributos.

20. Intangível

	Saldos em			Saldos em	Taxas anuais de
	01/01/2025	Adição	Amortização	31/12/2025	amortização
Softwares	8.772	5.694	(2.845)	11.621	
Custo de aquisição	11.673	5.694	-	17.367	
(-) Amortização	(2.901)	-	(2.845)	(5.746)	20%
Marcas e patentes	92	-	-	92	
Direito de uso (i)	8.537	12.987	(1.854)	19.670	Nota (i)
Intangível em formação (ii)	269	972	-	1.241	
Total	17.670	19.653	(4.699)	32.624	

	Saldos em			Saldos em	Taxas anuais de
	01/01/2024	Adição	Amortização	31/12/2024	amortização
Softwares	6.230	4.415	(1.873)	8.772	
Custo de aquisição	7.258	4.415	-	11.673	
(-) Amortização	(1.028)	-	(1.873)	(2.901)	20%
Marcas e patentes	92	-	-	92	
Direito de uso (i)	3.648	5.500	(611)	8.537	Nota (i)
Intangível em formação (ii)	269	-	-	269	
Total	10.239	9.915	(2.484)	17.670	

(i) Refere-se ao direito de exclusividade na comercialização dos produtos de seguros da Companhia, por meio de um canal de parceria, sendo amortizado ao longo da vigência dos contratos, a partir do início das vendas. Em 2025, foram firmados aditivos contratuais no montante de R\$ 7.987 para aceleração das vendas e a manutenção do equilíbrio contratual, condicionado ao cumprimento das metas estabelecidas, com vigência de 10 anos (120 meses) e R\$ 5.000 com vigência de 12 anos (144 meses).

(ii) Os gastos controlados como intangível em formação serão transferidos quando os bens estiverem disponíveis para uso dando início a amortização.

21. Obrigações a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	656	513
Dividendos a pagar	5.752	445
Participações nos lucros a pagar	472	409
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	244	237
Conta corrente empresa ligada (nota nº 33)	572	186
Outras contas a pagar	332	294
Passivo Circulante	8.028	2.084
Incentivo de longo prazo - ILP	1.280	862
Passivo Não Circulante	1.280	862
Total	9.308	2.946

22. Tributos diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda s/imóveis - reavaliação	681	901
CSLL s/imóveis - reavaliação	408	540
Passivo Não Circulante	1.089	1.441

As provisões constituídas no período referem-se aos efeitos tributários futuros relativos à realização da reserva de reavaliação de terrenos/edificações (em 2006).

23. Provisões judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões fiscais	95.671	90.179
PIS	20.996	20.304
COFINS	74.447	69.662
Foro	228	213
Provisões cíveis	3.339	364
Provisões trabalhistas	200	235
Passivo Não Circulante	99.210	90.778

a) Mapa de movimentações

	Provisões Judiciais					Depósitos Judiciais	
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Atualização monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025
(i) Tributários	90.179	1.318	4.790	(616)	95.671	90.094	95.553
PIS	20.304	184	1.124	(616)	20.996	20.292	20.980
COFINS	69.662	1.134	3.651	-	74.447	69.589	74.345
FORO	213	-	15	-	228	213	228
(ii) Trabalhistas	235	-	57	(92)	200	100	100
(iii) Cíveis	364	2.863	223	(111)	3.339	-	-
Total	90.778	4.181	5.070	(819)	99.210	90.194	95.653

(i) Fiscais

- **PIS:** A cobrança da contribuição ao PIS está sendo discutida em quatro ações judiciais. Uma delas busca isenção com base na Medida Provisória nº 517/94 à Emenda Constitucional nº 1/94, já com desfecho desfavorável à Companhia. Em paralelo, ocorreu um processo administrativo discutindo parte das contribuições depositadas em juízo nessa ação judicial, com decisão favorável e retorno do processo à vara de origem. A Companhia pleiteou o levantamento de parte do montante depositado, pedido ainda não apreciado pelo juiz competente, com possibilidade de desfecho desfavorável. Mandados de segurança foram impetrados para contestar a cobrança do PIS em períodos específicos, citando não observância de princípios de irretroatividade e anterioridade nas Emendas Constitucionais nos 10/96 e 10/97. Outros mandados de segurança foram impetrados para contestar a cobrança do PIS em períodos específicos com base em prazo de decadência e questionando a incidência de PIS sobre receitas decorrentes de ativos garantidores de reservas técnicas.
- **COFINS:** A cobrança da COFINS está sendo discutida em duas ações judiciais. A maior parte do valor está sendo discutida em um Mandado de Segurança, no qual a Companhia defende o direito de não recolher a COFINS, argumentando que o alargamento da base de cálculo previsto na Lei nº 9.718/98 é inconstitucional. A expectativa de perda é considerada "possível" para uma parte do valor discutido relacionado à COFINS incidente sobre receitas de prêmios de seguros depositada judicialmente. Outra parte diz respeito à COFINS sobre outras receitas, como receitas financeiras e de aluguéis, com valores depositados em juízo totalizando aproximadamente R\$ 20.764 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 19.886 em 31/12/2024). Embora haja decisão judicial transitada em julgado a favor da Companhia, houve resistência da Fazenda Nacional ao levantamento dos valores. O Juízo de Primeiro Grau determinou perícia contábil, tornando a questão controvertida, com risco "possível" de perda.

(ii) Trabalhistas

A Companhia tem ações judiciais de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados por nossos assessores legais como prováveis, no valor de R\$ 200 (R\$ 235, em

31/12/2024), que decorrem basicamente de cobrança de horas extras e pagamento de plano de saúde vitalício.

(iii) Cíveis

As provisões cíveis referem-se às reclamações judiciais relacionadas a sinistros ocorridos fora da vigência das apólices, sinistros liquidados administrativamente e posteriormente reclamados na justiça, bem como sinistros envolvendo veículos não segurados.

Em 2025, houve o reconhecimento de R\$ 2.668, relacionada a demandas judiciais envolvendo contrato de prestação de serviços de infraestrutura de informática para implantação e gestão de soluções em tecnologia. As ações decorrem de processo iniciado em 2015, no qual a Companhia ajuizou ação de rescisão contratual contra a empresa de tecnologia, que, por sua vez, propôs ação de rescisão contratual cumulada com cobrança. A perícia judicial apontou execução de aproximadamente 95% das entregas contratadas e destacou que o contrato previa responsabilidades mútuas, não sendo possível atribuir o insucesso exclusivamente a uma das partes.

Do montante reconhecido no exercício, R\$ 683 referem-se à provisão de honorários advocatícios sucumbenciais, no âmbito da ação em que a Companhia figura como autora. Adicionalmente, após revisão da avaliação de risco pelos assessores jurídicos, foi constituída provisão de R\$ 1.985, correspondente a 50% do risco estimado na ação movida contra a Companhia.

Passivos Contingentes não provisionados

A Companhia possui ações judiciais de natureza cível, com risco de perda classificado como possível, conforme avaliação da Companhia e de seus assessores legais. Para esses processos, no montante de R\$ 7.242 em 31/12/2025 (R\$ 534 em 31/12/2024), não há provisão constituída.

Destaca-se, principalmente, ação ajuizada em 2024 envolvendo pleito de indenização securitária vinculada a apólice de seguro prestamista vinculado à operação de crédito rural, acrescido de valores de lucros cessantes e dano moral. Adicionalmente, processo judicial ajuizado em 2003, relacionado a responsabilidade civil por acidente em propriedade rural, permanece em discussão quanto à extensão da responsabilidade das seguradoras, estando a Companhia exposta, no âmbito de cosseguro, ao percentual de 15% do valor da condenação, observado o limite da apólice.

Há, ainda, um processo administrativo fiscal em andamento, que discute a cobrança da CSLL no valor de R\$ 4.616 (R\$ 4.353 em 31/12/2024), com as chances de perda avaliadas como possíveis pelos assessores jurídicos responsáveis pela causa.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

24. Provisões técnicas

(i) Saldos

	31/12/2025				31/12/2024			
	Danos	Pessoas	Vida		Danos	Pessoas	Vida	
			Individual	Total			Individual	Total
Provisões técnicas - seguros								
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	16.928	238	5	17.171	17.829	745	11	18.585
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG-RVNE	322	102	-	424	59	186	-	245
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	70.420	6.355	-	76.775	75.958	6.819	-	82.777
Direto	50.684	6.549	-	57.233	52.682	6.886	-	59.568
Cosseguros aceitos	19.972	13	-	19.985	23.828	18	-	23.846
Recuperações de cosseguros cedidos	(569)	(207)	-	(776)	(1.207)	(85)	-	(1.292)
Retrocessões	333	-	-	333	655	-	-	655
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	452	1.357	-	1.809	38	1.381	-	1.419
Provisão de despesas relacionadas - PDR	2.660	450	-	3.110	2.912	457	-	3.369
Direto	2.502	445	-	2.947	2.736	452	-	3.188
Cosseguros aceitos	158	5	-	163	176	5	-	181
Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar - PVR	246	1	2	249	-	-	-	-
Provisão complementar de cobertura - PCC	276	5.890	-	6.166	-	1.527	-	1.527
Total	91.304	14.393	7	105.704	96.796	11.115	11	107.922
Circulante	35.243	4.482	7	39.732	26.336	3.726	11	30.073
Não Circulante	56.061	9.911	-	65.972	70.460	7.389	-	77.849

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

(ii) Movimentos

	Saldo em 01/01/2024	Constituição/ (Reversão) e encargos	Liquidação	Saldo em 31/12/2024	Constituição/ (Reversão) e encargos	Liquidação	Saldo em 31/12/2025
Provisões técnicas - seguros							
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	6.416	12.169	-	18.585	(1.414)	-	17.171
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG-RVNE	29	216	-	245	179	-	424
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	100.729	(10.207)	(7.745)	82.777	14.011	(20.013)	76.775
Direto	77.471	(12.222)	(5.681)	59.568	16.863	(19.198)	57.233
Cosseguros aceitos	23.801	1.962	(1.917)	23.846	(3.363)	(498)	19.985
Recuperações de cosseguros cedidos	(1.198)	(95)	1	(1.292)	511	5	(776)
Retrocessões	655	148	(148)	655	-	(322)	333
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	372	1.047	-	1.419	390	-	1.809
Provisão de despesas relacionadas - PDR	3.490	230	(351)	3.369	195	(454)	3.110
Direto	3.172	275	(259)	3.188	168	(409)	2.947
Cosseguros aceitos	318	(45)	(92)	181	27	(45)	163
Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar - PVR	-	-	-	-	249	-	249
Provisão complementar de cobertura - PCC	2.399	(872)	-	1.527	4.639	-	6.166
Total	113.435	2.583	(8.096)	107.922	18.249	(20.467)	105.704

(iii) Análise de sensibilidade - seguros

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade para avaliar o impacto de variações nos parâmetros de sinistros sobre suas provisões e resultados. Foram simuladas elevação e diminuição de 5% na sinistralidade da empresa, mensurando-se o impacto direto nos resultados apresentados. A premissa adotada revelou-se adequada e suficiente para cobrir as oscilações. Os resultados indicaram que um aumento de 5% na sinistralidade geraria um acréscimo de 1,03% nas provisões.

Esses números refletem que, considerando os níveis de estresse simulados, o impacto nas provisões foi limitado e dentro de margens controláveis. A Companhia mantém monitoramento constante para assegurar a adequação das provisões e a gestão eficaz dos riscos, alinhados às melhores práticas do mercado e às demandas dos clientes.

Coberturas de Risco		Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido			
		31/12/2025		31/12/2024	
Variável	Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	Aumento de 5% na sinistralidade	(182)	(65)	(195)	(112)
Sinistralidade	Redução de 5% na sinistralidade	181	65	195	112

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025, é representado por 4.067.149 ações ordinárias nominativas e 4.067.148 (3.839.316, em 31/12/2024) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Em 21 de março de 2025, foi realizada Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para aprovação do Aumento de Capital Social, no valor de R\$ 15.000, totalmente subscrito e integralizado. Em 19 de novembro de 2025, por meio da Portaria SUSEP/CGRAJ nº 2.848, a SUSEP aprovou o referido aumento, elevando o capital social para R\$ 158.951, correspondente a 8.134.297 ações.

De acordo com o estatuto social, as ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam do direito à distribuição de um dividendo 10% (dez por cento) superior àquele atribuído às ações ordinárias.

b) Reservas de reavaliação

▪ Ativos próprios

Corresponde a reavaliação de imóveis anterior à Lei nº 11.638/2007, aprovada pela SUSEP, contabilizada pelo valor líquido dos efeitos tributários sobre a parcela não realizada de terrenos e edificações, tendo a Companhia optado por não a estornar, consoante faculdade prevista na referida Lei.

A realização desta reserva, decorrente da depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados, é registrada na conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos tributários, cujo valor integra a base de cálculo do dividendo.

▪ Ativos de investida

Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém registrado o montante de R\$ 1.193, correspondente ao reflexo, via método da equivalência patrimonial, da reserva de reavaliação de imóveis constituída pela investida Aliança Participações anteriormente à Lei nº 11.638/2007, proporcional ao seu percentual de participação.

Em 2025, em decorrência do cancelamento das ações mantidas em tesouraria da Aliança Participações (conforme notas explicativas nº 1 e 17), referido montante foi integralmente baixado das demonstrações financeiras.

c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2025 foi constituída reserva legal de R\$ 1.161 com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do capital social, consoante disposições legais e estatutárias.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo acumulado da reserva legal totaliza R\$22.769.

d) Outras reservas de lucros

Refere-se ao saldo de retenção de lucros constituído com base na proposta de orçamento de capital dos exercícios de 2019 a 2024, devidamente aprovada pelas Assembleias Gerais Ordinárias de cada exercício. No exercício corrente, foi utilizado o montante de R\$ 35.993 para absorção da baixa do investimento, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 17.

e) Reserva de lucros a realizar

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia baixou a parcela de lucro a realizar no valor de R\$ 4.646, referente ao cancelamento de ações em Tesouraria da Aliança Participações, conforme nota explicativa nº 1 e 17. Após essa baixa, o montante de equivalência patrimonial não realizado financeiramente totaliza R\$ 18.972, integralmente relacionado à investida Brasilcap.

f) Ajustes de avaliação patrimonial (Outros resultados abrangentes)

Refere-se à diferença entre o valor de mercado e o custo de aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda pela Companhia e pela investida Brasilcap. A realização desse saldo ocorrerá por meio da sua transferência para o resultado, à medida que os títulos forem vendidos, líquidos dos efeitos tributários. Inclui, ainda, ajustes acumulados de conversão de investimentos societários no exterior, líquidos dos efeitos tributários, que serão realizados quando os recursos forem transferidos para a Companhia.

g) Dividendos

Conforme disposição estatutária é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado consoante legislação em vigor, com acréscimo de 10% para as ações preferenciais em observância à Lei nº 9.457/97, provisionado no final do exercício. O dividendo adicional proposto acima do mínimo é segregado como dividendo adicional no patrimônio líquido, a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	23.210	32.151
Dividendos prescritos	(199)	491
Realização da reserva de reavaliação (líquida de tributos)	906	1.177
Resultados realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.085
Resultado do exercício ajustado	23.917	34.904
Constituição da reserva legal (5%)	(1.161)	(1.608)
Base de cálculo do dividendo	22.757	33.296
25% da base de cálculo	5.689	8.324
Lucro a realizar (Brasilcap)	-	33.333
Parcela a ser destinada à constiução da reserva de lucros a realizar	-	8.324
Dividendo mínimo obrigatório constituído	5.689	-
Dividendo adicional proposto	1.811	-
Percentual de distribuição - dividendos obrigatórios	25,00%	25,00%
Por ação ordinária - R\$	0,666073844	0,602330586
Por ação preferencial - R\$	0,732681228	0,662563644
Percentual de destinação - dividendo adicional proposto	3,02%	-
Por ação ordinária - R\$	0,212042259	-
Por ação preferencial - R\$	0,233246485	-

26. Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de administrar as disponibilidades financeiras de suas operações.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos financeiros como observância a classificação de rating de instituições financeiras, existência de contrato de gestão de carteira com instituição consolidada, aplicação de recursos em ativos exclusivamente para seguradoras e rotinas de acompanhamento e controle de rentabilidades e demais indicadores financeiros que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio. O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de

dezembro de 2024 equivale ao seu valor de mercado, considerando-se taxa de juros correntes para operações similares e de vencimentos comparáveis.

A ALBA Seguradora considera que não existem riscos relevantes em relação a: (1) créditos, uma vez que estes estão associados a operações canceláveis, caso não sejam liquidados nos termos contratados; e (2) risco de perdas com sinistros ocorridos, visto que os valores segurados estão sempre dentro dos limites operacionais determinados pelas normas da SUSEP.

A Companhia não opera com instrumentos derivativos, não existindo saldos desta natureza em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

27. Garantias obrigatórias das provisões técnicas de seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de sinistros a liquidar	76.775	82.777
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	1.809	1.419
Provisão de despesas relacionadas - PDR	3.110	3.369
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	6.166	1.527
Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar - PVR	249	-
Provisão de prêmios não ganhos	17.595	18.830
Total das provisões técnicas	105.704	107.922
(-) Depósitos judiciais-Sinistros	(5.150)	(4.694)
(-) Ativos de resseguros - provisões técnicas	(54.881)	(57.200)
(-) Direitos creditórios (i)	(4.359)	(6.113)
(-) Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG - pagos	(4.186)	(6.115)
(-) Ativos de resseguros redutores de PPNG	(3.976)	(36)
Outros Ajustes	(72.552)	(74.158)
Valor a Garantir	33.152	33.764
Bens Garantidores		
Quotas de fundos especialmente constituídos - públicos	29.844	38.712
Quotas de outros fundos de investimentos	14.947	5.116
	44.791	43.828

(i) Correspondem ao montante de prêmios a receber, referente às parcelas não vencidas, na proporção dos prazos dos riscos a decorrer, considerando cada parcela, na data-base de cálculo.

28. Remuneração a administradores

A remuneração a administradores inclui os honorários do conselho de administração e diretoria, incluindo encargos e benefícios, cujo montante no período foi de R\$ 5.419 (R\$ 5.481, em 31/12/2024).

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a colaboradores ou a pessoas chave da Administração com base em ações.

29. Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	22.858	31.693
Alíquota vigente	40%	40%
Cálculo do Imposto de renda e contribuição social	(9.143)	(12.677)
Efeitos do IRPJ e da CSLL sobre:		
Ajustes permanentes	21.029	16.530
Resultado de participações societárias	21.658	18.111
Lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição	-	14
Despesas não necessárias	(629)	(963)
Realização na venda das ações (VJORA)	-	(455)
Outros efeitos	-	(177)
Ajustes temporários - sem constituição de diferido	(1.453)	(195)
Prejuízo fiscal do exercício corrente - diferido não constituído	(9.930)	(3.004)
Efeito do IRPJ e da CSLL antes da compensação de exercícios anteriores - 30%	503	654
Compensação de exercícios anteriores - 30%	(151)	(196)
Efeito do IRPJ e da CSLL no resultado	352	458
Composição do imposto de renda e da contribuição social após compensação:		
Realização de reserva de reavaliação - com diferido constituído	352	458
Efeito do IRPJ e da CSLL no resultado	352	458

Os valores referentes ao Imposto de Renda e à Contribuição Social, constantes da demonstração do resultado de 2025 e 2024, estão influenciados dos efeitos tributários sobre a realização da reserva de reavaliação, realização do diferimento sobre venda de imóveis e realização de oscilação cambial de participação societária no exterior.

30. Seguros

A Companhia adota política de manutenção de seguros dos seus bens em níveis adequados para os riscos envolvidos e para cobertura de riscos inerentes aos diretores.

31. Principais segmentos de operações de seguros (Brutos de resseguro)

Devido ao início de suas atividades se darem efetivamente em 2023, todos os segmentos obtiveram crescimentos nos prêmios ganhos e custo de aquisição.

2025	Prêmios ganhos	Custos de aquisição	Sinistros	Prêmio de resseguro cedido	Recuperação de sinistros (resseguro)	Resultado
Acidentes pessoais - individual	11.932	(6.335)	164	(16)	-	5.745
Vida em grupo	7.728	(3.688)	(8.512)	(4.309)	5.711	(3.070)
Riscos diversos	8.789	(2.253)	(6.858)	(5.409)	6.678	947
Garantia estendida	7.348	(4.262)	(632)	-	-	2.454
Benfeitorias produtos agropecuários	5.549	(1.859)	(9.110)	(3.254)	8.928	254
Acidentes pessoais - coletivo	2.598	(856)	(1.249)	(893)	858	458
Compreensivo empresarial	832	(255)	(146)	(475)	54	10
Outros produtos	930	(312)	(873)	(497)	1.009	257
Efeito PSL <i>run-off</i> *	-	-	17.916	-	(13.078)	4.838
Total	45.706	(19.820)	(9.300)	(14.853)	10.160	11.893

2024	Prêmios ganhos	Custos de aquisição	Sinistros	Prêmio de resseguro cedido	Recuperação de sinistros (resseguro)	Resultado
Acidentes pessoais - individual	8.632	(5.609)	(72)	4	(8)	2.947
Vida em grupo	11.616	(3.535)	(4.260)	(4.597)	3.584	2.808
Riscos Diversos	1.326	(327)	(406)	(818)	399	174
Garantia estendida	4.223	(2.585)	(561)	-	-	1.077
Benfeitorias produtos agropecuários	56	(14)	-	(31)	-	11
Acidentes pessoais - coletivo	1.312	(472)	(537)	(518)	365	150
Compreensivo empresarial	218	(59)	(102)	(127)	92	22
Outros produtos	197	(66)	(16)	(72)	14	57
Efeito PSL <i>run-off</i> *	-	-	21.416	-	(18.269)	3.147
Total	27.580	(12.667)	15.462	(6.159)	(13.823)	10.393

* Efeito dos sinistros em *run-off* relacionados a operações contratadas até 2010, decorrente da revisão de estimativas, reavaliações e celebração de acordos no âmbito de sinistros judiciais. No curso do monitoramento contínuo da PSL, com o apoio dos assessores jurídicos, a Companhia procedeu à reavaliação e baixa de determinados processos, resultando em impacto positivo de R\$ 17.552 mil no exercício. Destacam-se os ramos de Riscos Nomeados Operacionais, Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Civil Facultativa, Responsabilidade Civil Transporte Rodoviário Internacional/Nacional e Prestamista.

(i) Percentual sobre prêmios ganhos

2025	Comissionamento	Sinistralidade	Prêmio de resseguro cedido	Recuperação de sinistros (resseguro)
Acidentes pessoais - individual	-53,1%	1,4%	-0,1%	0,0%
Vida em grupo	-47,7%	-110,1%	-55,8%	73,9%
Riscos diversos	-25,6%	-78,0%	-61,5%	76,0%
Garantia estendida	-58,0%	-8,6%	0,0%	0,0%
Benfeitorias produtos agropecuários	-33,5%	-164,2%	-58,6%	160,9%
Acidentes pessoais - coletivo	-32,9%	-48,1%	-34,4%	33,0%
Compreensivo empresarial	-30,6%	-17,5%	-57,1%	6,5%
Outros produtos	-33,5%	-93,9%	-53,4%	108,5%
Total	-43,4%	-59,5%	-32,5%	50,8%

2024	Comissionamento	Sinistralidade	Prêmio de resseguro cedido	Recuperação de sinistros (resseguro)
Acidentes pessoais - individual	-65,0%	-0,8%	0,0%	-0,1%
Vida em grupo	-30,4%	-36,7%	-39,6%	30,9%
Riscos Diversos	0,0%	-30,6%	-61,7%	30,1%
Garantia estendida	-61,2%	-13,3%	0,0%	0,0%
Benfeitorias produtos agropecuários	-25,0%	0,0%	-55,4%	0,0%
Acidentes pessoais - coletivo	-36,0%	-40,9%	-39,5%	27,8%
Compreensivo empresarial	-27,1%	-46,8%	-58,3%	42,2%
Outros produtos	-33,5%	-8,1%	-36,5%	7,1%
Total	-45,9%	-21,6%	-22,3%	16,1%

32. Detalhamento de rubricas da demonstração de resultado

(i) Operação de Seguro

	31/12/2025	31/12/2024
Total de prêmios ganhos	45.706	27.580
Prêmios diretos	48.091	38.752
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	1.020	341
Variação das provisões técnicas de prêmios	1.234	(12.385)
Provisão complementar de cobertura	(4.639)	872
Total de sinistros ocorridos	(9.300)	15.462
Indenizações avisadas	(8.311)	16.504
Despesas com sinistros	(26)	(75)
Recuperação de sinistros - congêneres	(573)	29
Salvados e ressarcimentos	2	-
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(392)	(996)
Total de custo de aquisição	(19.820)	(12.667)
Comissões sobre prêmios	(17.004)	(16.435)
Custo de aquisição diferido	(1.386)	4.058
Outros custos de aquisição	(1.430)	(290)
Total de outras receitas e despesas operacionais	(1.277)	(833)
Outras receitas de seguros	426	493
Recepção e regulação - DPVAT	7	34
Ajuste ao valor de realização	278	98
Outras receitas	141	361
Outras despesas de seguros	(1.703)	(1.326)
Despesas com cobrança	(125)	(43)
Reversão (constituição) da provisão para riscos de créditos	(241)	(133)
Outras despesas - DPVAT	(584)	(140)
Outras despesas	(753)	(1.010)
Total do resultado com resseguros	(4.693)	(19.982)
Receitas com resseguros	10.160	(13.823)
Recuperação de indenização e despesas de sinistros	9.788	(14.620)
Variação de IBNR	372	797
Despesas com resseguros	(14.853)	(6.159)
Prêmios de resseguros	(14.853)	(6.159)
Total da Operação de Seguro	10.616	9.560

(ii) Despesas Administrativa

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal próprio	(22.222)	(22.479)
Despesas com administração	(5.204)	(4.858)
Pessoal próprio	(8.926)	(8.475)
Despesas com indenizações	(196)	(575)
Encargos sociais	(3.359)	(4.358)
Assistência social	(2.656)	(2.703)
Despesas com formação profissional	(80)	(85)
Despesas com programa de alimentação ao trabalhador	(1.756)	(1.394)
Outras despesas com pessoal próprio	(45)	(31)
Serviços de terceiros	(10.004)	(8.609)
Localização e funcionamento	(7.291)	(5.137)
Localização e manutenção	(1.116)	(1.171)
Expediente	(132)	(216)
Comunicação	(193)	(116)
Utilização de equipamentos	(98)	(171)
Utilização de veículos e locomoção	(656)	(579)
Depreciações de bens de uso próprio e amortizações	(5.016)	(2.796)
Outras despesas	(80)	(88)
Publicidade e propaganda	(1.796)	(1.515)
Publicações	-	(202)
Donativos e contribuições	(212)	(135)
Participações nos lucros - empregados	(568)	(406)
Outras despesas administrativas	(3.228)	(178)
Contingências judiciais	(3.116)	-
Outras Despesas Administrativas	(112)	(178)
Total das Despesas Administrativas	(45.321)	(38.661)

(iii) Despesas com tributos

	31/12/2025	31/12/2024
Total das despesas com tributos	(3.031)	(1.765)
COFINS e PIS	(2.035)	(1.171)
Outros tributos	(996)	(594)

(iv) Resultado Financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	14.870	12.893
Receitas com aplicações	9.229	7.092
Receitas com outras aplicações	41	74
Receitas atualização dos depósitos judiciais	5.136	4.012
Receitas com créditos tributários - atualização	170	336
Outras	294	1.379
Despesas financeiras	(7.260)	(7.251)
Despesas financeiras com operações de seguros	(1.730)	(1.943)
Despesas com tributos - atualização	(4.807)	(3.736)
Outras	(723)	(1.572)
Total do Resultado Financeiro	7.610	5.642

(v) Resultado Patrimonial

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas patrimoniais	54.858	44.922
Receitas com imóveis de renda	712	614
Resultado de equivalência patrimonial	54.146	44.308
Despesas patrimoniais	(2.983)	(3.157)
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	(2.843)	(2.841)
Depreciações de bens destinados à renda ou venda	(140)	(316)
Reversão (constituição) do valor recuperável de créditos	112	-
Perda por recebíveis de aluguéis	(112)	-
Total do Resultado Patrimonial	51.875	41.765

(vi) Ganhos com ativos não correntes

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas relacionadas a venda	11.552	14.020
Imóveis	11.552	13.940
Veículo	-	80
Despesas relacionadas a venda	(10.726)	(2.197)
Custo imóveis	(10.726)	(1.862)
Despesas com vendas	-	(335)
Outras receitas (despesas)	283	3.329
Outras receitas	644	3.329
Outras despesas	(5)	-
Redução ao valor recuperável	(356)	-
Total dos Ganhos com Ativos Não Correntes	1.109	15.152

33. Partes relacionadas

		Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Brasilcap Capitalização S.A. (a)	Coligada	260	246	-	-	-	-	-	516
Companhia de Participações Aliança da Bahia (b)	Controladora	1	-	572	186	10.532	5.390	2.999	2.520
Total		261	246	572	186	10.532	5.390	2.999	3.036

(a) Em 27 de junho de 2024, a Companhia adquiriu títulos de capitalização emitidos pela coligada Brasilcap, aprovados pela SUSEP, vinculados à promoção comercial “Sorte Dobrada Baianão”, para cessão gratuita do direito de participação em sorteios a clientes, atrelada à venda de seguros de Acidentes Pessoais Individual (API). Os títulos possuem carência de três meses e resgate mínimo de 49,23558%, com capitalização à taxa de 0,16% a.m. Adicionalmente, em 27 de junho de 2025 foram adquiridas novas séries de títulos, com resgate mínimo de 48,23077%, com mesmo período de carência e taxa de capitalização. Em dezembro de 2025, o saldo a resgatar totaliza R\$ 260 (R\$ 246, em 31/12/2024).

(b) Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou as seguintes movimentações relevantes com sua Controladora indireta:

- Os saldos do passivo são decorrentes de operações do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), que utiliza equipes especializadas para centralizar atividades e serviços comuns às empresas do Grupo. O efeito deste serviço na despesa do período é de R\$ 2.999 (R\$ 994, em 31/12/2024);
- Em fevereiro de 2025, a Companhia registrou uma receita proveniente da venda de um imóvel para a Controladora, no valor de R\$ 10.532, com liquidação imediata.

As informações relativas aos saldos de investimentos e ao montante de equivalência patrimonial correspondentes às participações societárias estão apresentadas na nota explicativa nº 17.

34. Demonstração do patrimônio líquido ajustado (PLA) e adequação de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitados os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

Em 31 de dezembro 2025, a Companhia apresenta uma situação adequada no cumprimento do indicador regulatório de Solvência medido entre a relação de PLA (Patrimônio Líquido Ajustado) e CMR (Capital Mínimo Requerido).

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido	242.255	251.748
Ajustes contábeis	(199.631)	(187.617)
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(166.807)	(169.661)
Créditos de alienação de ativos	(130)	(100)
Despesas antecipadas	(70)	(186)
Ativos intangíveis	(32.624)	(17.670)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	-	(65)
Superávit/ (Déficit) entre provisões e fluxo realista registrado	-	(65)
Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3	(5.562)	(16.559)
PLA (Total) = PL + Ajust. cont. + Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3	37.062	47.507
Capital base (CB)	8.100	8.100
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	9.374	6.871
Capital de risco de subscrição	3.867	2.618
Capital de risco de crédito	4.966	4.482
Capital de risco operacional	384	406
Capital de risco de mercado	2.977	730
Correlação entre os riscos	(2.820)	(1.365)
Capital mínimo requerido (CMR)	9.374	8.100
Solvência= Razão entre PLA e CMR - %	395%	587%
Excesso de Capital - R\$ mil	27.688	39.407

35. Capital mínimo requerido

A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 dispõe sobre as regras de definição para o cálculo de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades supervisionadas assim discriminadas:

- **O Capital base (CB):** objetivando a aplicação proporcional da regulação prudencial e conforme redação da Resolução do CNSP nº 388/2020 a Susep, a partir de janeiro/2021, enquadrando a Companhia no segmento S3 que em complemento à redação da Resolução 432/2021 definiu nova parcela fixa e novas parcelas variáveis para o capital base. Assim, o novo capital base de R\$ 8.100 é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, conforme disposto no anexo XXIII da citada Resolução CNSP 432/2021;
- **O Capital de risco (CR):** montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação, conforme disposto no anexo XXVI da referida Resolução, envolvendo riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado.
 - ✓ O risco de subscrição considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para calcular prêmios e provisões técnicas, decorrentes das operações da seguradora. A Companhia adota o modelo padrão regulatório para o cálculo do risco de subscrição;
 - ✓ O risco de crédito considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte quanto às obrigações financeiras. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de crédito;
 - ✓ O risco operacional considera a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos da Companhia, incluindo-se a possibilidade de perdas decorrentes de decisão ou sentença desfavorável em processos administrativos ou judiciais. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco operacional;
 - ✓ O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas derivadas de oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira com impacto na avaliação econômica de ativos e passivos. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de mercado.
- **Capital Mínimo Requerido (CMR):** capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo o equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco;
- **Liquidez de cobertura das provisões técnicas:** situação caracterizada quando a sociedade supervisionada apresentar montante de ativos líquidos de renda fixa, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, suficientes para a cobertura das provisões técnicas.

O patrimônio líquido ajustado (Resolução CNSP 432, de 12 de novembro de 2021) será utilizado para a verificação de suficiência em relação ao capital mínimo requerido e para apuração do limite de retenção.

36. Ativos excedentes a necessidade de cobertura das provisões técnicas

	31/12/2025	31/12/2024
Necessidade de cobertura das provisões técnicas	33.152	33.764
Ativos disponíveis para garantia		
Quotas de fundos especialmente constituídos - públicos	42.634	55.303
Quotas de outros fundos de investimentos	21.353	7.309
Total de Ativos	63.987	62.612
Ativos Excedentes	30.835	28.848

37. Desenvolvimento de sinistros

As tabelas de desenvolvimento de sinistros refletem as estimativas das indenizações dos sinistros incorridos por ano, deduzidas das indenizações pagas, cujo saldo demonstra a composição das pendências de sinistros a liquidar por ano incorrido, na data das informações intermediárias. A provisão, em sua maioria em "run-off", varia conforme informações mais precisas que vão sendo obtidas, por meio extrajudiciais ou judiciais. As tabelas contemplam as operações de seguros direto e de cosseguro aceito, classificadas em sinistros administrativos e judiciais, e apresentam valores brutos (antes do resseguro e deduzindo congêneres) e valores líquidos de resseguros (nossa parte). Não estão incluídas as provisões de IBNER, PDR e Retrocessões.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

a) Desenvolvimento de sinistros - administrativo (bruto menos congêneres) Data-base: dezembro de 2025

TRIÂNGULO DE VALORES

BRUTO DE RESSEGURO

Montante de sinistros estimados	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No ano do aviso	4.858	38	15	397	37	112	1	102	6	31	-	2.426	24.812
Um ano após o aviso	5.131	42	15	410	38	116	1	113	7	31	-	3.300	-
Dois anos após o aviso	6.455	45	15	17	39	120	1	120	7	31	210	-	-
Três anos após o aviso	7.629	46	15	18	80	8	1	126	7	31	-	-	-
Quatro anos após o aviso	8.444	48	15	19	89	8	1	132	7	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	7.675	49	16	21	94	8	1	132	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	7.821	52	16	22	98	8	1	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	8.090	57	16	23	103	8	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	9.121	60	16	24	103	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	9.544	63	16	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	9.984	66	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos após o aviso	10.567	66	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doze anos após o aviso	8.033	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativas na data-base	8.033	66	17	24	103	8	1	132	7	31	210	3.300	24.812
Pagamentos efetuados	256	-	13	-	-	3	-	-	-	27	-	1.191	14.768
Provisão sinistro a liquidar	7.777	66	4	24	103	5	1	132	7	4	210	2.109	10.044
Total provisão sinistros a liquidar	20.486												

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

b) Desenvolvimento de sinistros - judicial (bruto menos congêneres) Data-base: dezembro de 2025

TRIÂNGULO DE VALORES

BRUTO DE RESSEGURO

Montante de sinistros estimados	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No ano do aviso	31.822	174	63	180	373	868	570	217	5	-	-	6	19
Um ano após o aviso	39.456	207	73	206	583	909	654	44	6	-	1	12	-
Dois anos após o aviso	51.038	154	81	658	639	1.042	820	51	6	-	-	-	-
Tres anos após o aviso	57.343	286	90	743	706	1.258	899	58	7	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	64.544	316	99	842	825	1.442	976	66	7	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	71.233	346	121	1.006	919	1.625	1.061	66	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	76.135	408	129	1.143	1.010	1.825	1.061	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	84.442	477	137	1.278	1.109	1.825	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	93.973	383	146	1.426	1.109	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	101.347	421	155	1.426	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	109.881	464	155	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos após o aviso	96.250	463	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doze anos após o aviso	81.936	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativas na data-base	81.936	463	155	1.426	1.109	1.825	1.061	66	7	-	-	12	19
Pagamentos efetuados	32.785	-	50	-	-	-	246	-	-	-	-	-	19
Provisão sinistro a liquidar	49.151	463	105	1.426	1.109	1.825	815	66	7	-	-	12	-
Total provisão sinistros a liquidar	54.979												

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

c) Desenvolvimento de sinistros - administrativo Data-base: dezembro de 2025

TRIÂNGULO DE VALORES

LÍQUIDO DE RESSEGURO

Montante de sinistros estimados	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No ano do aviso	1.498	20	15	71	22	16	1	102	6	31	-	757	3.704
Um ano após o aviso	1.618	23	15	73	23	16	1	113	7	31	-	905	-
Dois anos após o aviso	2.045	24	15	8	24	17	1	120	7	31	54	-	-
Tres anos após o aviso	2.429	25	15	9	48	6	1	126	7	31	-	-	-
Quatro anos após o aviso	2.653	26	15	9	53	6	1	132	7	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	2.300	27	16	10	56	6	1	132	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	2.301	28	16	10	59	7	1	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	2.348	31	16	11	62	7	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	2.682	33	16	12	62	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	2.776	34	16	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	2.902	36	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos após o aviso	3.074	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doze anos após o aviso	1.214	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativas na data-base	1.214	36	16	11	62	7	1	132	7	31	54	905	3.704
Pagamentos efetuados	114	-	13	-	-	3	-	-	-	27	-	299	1.689
Provisão sinistro a liquidar	1.100	36	3	11	62	4	1	132	7	4	54	606	2.015
Total provisão sinistros a liquidar	4.035												

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

d) Desenvolvimento de sinistros - judicial Data-base: dezembro de 2025

TRIÂNGULO DE VALORES LÍQUIDO DE RESSEGURO

Montante de sinistros estimados	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No ano do aviso	8.887	75	33	6	373	122	246	52	1	-	-	6	19
Um ano após o aviso	10.711	90	39	7	583	132	300	44	1	-	1	12	-
Dois anos após o aviso	13.388	95	45	77	639	145	386	51	1	-	-	-	-
Tres anos após o aviso	15.486	117	50	88	706	168	422	58	1	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	17.271	129	56	99	825	186	459	66	1	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	19.172	142	74	119	919	203	499	66	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	21.459	160	75	135	1.010	222	499	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	23.971	187	78	151	1.109	222	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	26.603	194	80	169	1.109	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	28.168	213	84	169	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	30.340	234	84	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos após o aviso	30.280	233	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doze anos após o aviso	26.933	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativas na data-base	26.933	233	84	169	1.109	222	499	66	1	-	-	12	19
Pagamentos efetuados	9.206	-	50	-	-	-	147	-	-	-	-	-	19
Provisão sinistro a liquidar	17.727	233	34	169	1.109	222	352	66	1	-	-	12	-
Total provisão sinistros a liquidar	19.925												

38. Eventos subsequentes

38.1 Recebimento depósito compulsório

Em 10 de fevereiro de 2026, a Companhia recebeu o montante de R\$ 2.719 (equivalente a US\$ 500 mil), registrado no ativo não circulante, na rubrica “Depósitos compulsórios”, referente a valor mantido junto ao Banco Central do Uruguai, a título de garantia no âmbito do processo de liquidação voluntária da subsidiária integral Compañía de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. (“Compañía Uruguay”).

O referido depósito teve origem na redução de capital da Compañía Uruguay, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2021, no montante total de R\$ 5.587 (US\$ 1.000 mil). Desse total, a parcela de R\$ 2.793 (US\$ 500 mil) foi creditada à Companhia em 25 de janeiro de 2022, permanecendo o saldo remanescente retido junto à autoridade monetária uruguaia até sua liberação.

O processo de liquidação voluntária da Compañía Uruguay foi concluído em 6 de maio de 2024, com a extinção da entidade e a baixa do respectivo investimento no terceiro trimestre de 2024.

O recebimento do valor não gera efeitos adicionais relevantes no resultado da Companhia, tendo em vista que o montante já se encontrava integralmente registrado no ativo.

38.2 Recebimento de dividendos

Em 11 de fevereiro de 2026, a Companhia recebeu dividendos da investida Brasilcap no montante de R\$ 38.848, conforme deliberado na Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de fevereiro de 2026.

A Administração avaliou que o referido evento não altera as estimativas e premissas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

38.3 Acordo judicial com o Banco BESA S.A.

Em 23 de janeiro de 2026, a Companhia firmou Instrumento Particular de Transação com o BANCO BESA S.A., atual denominação do Banco Econômico S.A., com o objetivo de encerrar as controvérsias existentes nas ações judiciais em curso, bem como prevenir litígios presentes e futuros, mediante concessões recíprocas.

O acordo abrange toda e qualquer aplicação financeira eventualmente realizada na referida instituição financeira, incluindo respectivos resgates e remunerações (correção monetária e juros), relacionadas ao Certificado de Depósito Bancário (CDB) emitido pelo Banco Econômico S.A., no valor nominal de CZ\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

cruzados), emitido em 23 de novembro de 1988, com vencimento em 23 de janeiro de 1989.

Nos termos da transação, o valor definitivo apurado para fins de liquidação de sentença e quitação integral das obrigações objeto das demandas judiciais é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), recebido pela Companhia em 12 de fevereiro de 2026. Adicionalmente, a Companhia deverá arcar com o montante de R\$ 1.000.000,00, a título de honorários contratuais.

Considerando que o acordo foi celebrado após 31 de dezembro de 2025 e não decorre de condições existentes naquela data, a Administração concluiu que se trata de evento subsequente não ajustável, razão pela qual não foram efetuados ajustes nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgada a natureza e os efeitos financeiros estimados do referido evento, em conformidade com o CPC 24 - Evento Subsequente.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em conformidade com o disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/76, procederam ao exame do Relatório da Administração, das Contas da Diretoria, das Demonstrações Financeiras Individuais, da Proposta de Destinação do Lucro Líquido e do Orçamento de Capital, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. A análise foi realizada com base nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e pelos representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda., cujo relatório de auditoria independente, emitido em 27 de fevereiro de 2026, foi apresentado sem ressalvas. Foi igualmente considerado o Relatório do Auditor Atuarial Independente, emitido na mesma data pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., também sem ressalvas. Os membros do Conselho Fiscal examinaram, em especial, as Demonstrações Financeiras, em conformidade com as normas expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, aplicáveis às sociedades supervisionadas.

Após a devida análise, o Conselho Fiscal opinou, por unanimidade:

- (i) que o Relatório da Administração, as Contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras Individuais, a Proposta de Destinação do Lucro Líquido e o Orçamento de Capital estão em conformidade com as disposições legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis; e
- (ii) que as Demonstrações Financeiras Individuais representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a operar pela SUSEP, encontrando-se em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Salvador, 27 de fevereiro de 2026

Raimundo Santos Silva
Presidente

Gilberto Braga
Conselheiro Fiscal

Silvano Gianni
Conselheiro Fiscal